

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA

**Do Reconhecimento ao Potencial Redistributivo: um diagnóstico das
reivindicações LGBTQIAPN+ em documentos curriculares das Licenciaturas
em Física na Unesp**

Larissa Gonçalves Faria Rocha

Bauru

2025

Larissa Gonçalves Faria Rocha

Do Reconhecimento ao Potencial Redistributivo: um diagnóstico das reivindicações LGBTQIAPN+ em documentos curriculares das Licenciaturas em Física na Unesp

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, área de concentração Ensino de Ciências e Matemática, sob orientação da Profa. Dra. Assoc. Deise Aparecida Peralta.

Bauru

2025

R672r Rocha, Larissa Gonçalves Faria
Reconhecimento ao Potencial Redistributivo : um diagnóstico das reivindicações LGBTQIAPN+ em documentos curriculares das Licenciaturas em Física na Unesp / Larissa Gonçalves Faria Rocha. -- Bauru, 2025
100 p. : il., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências, Bauru
Orientadora: Deise Aparecida Peralta

1. Gêneros. 2. Justiça Social. 3. LGBTQIAPN+. 4. Licenciatura em Física. 5. Nancy Fraser. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE LARISSA GONÇALVES FARIA ROCHA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 26 dias do mês de fevereiro do ano de 2025, às 14h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de LARISSA GONÇALVES FARIA ROCHA, intitulada **Do Reconhecimento ao Potencial Redistributivo: um diagnóstico das reivindicações LGBTQIAPN+ em documentos curriculares das Licenciaturas em Física na Unesp**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. DEISE APARECIDA PERALTA (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Economia, Administração e Educação / Unesp / Câmpus de Jaboticabal, Profa. Dra. ANA PAULA LEIVAR BRANCALEONI (Participação Virtual) do(a) Departamento de Economia, Administração e Educação / Unesp / Jaboticabal, Prof. Dr. PAULO GABRIEL FRANCO DOS SANTOS (Participação Virtual) do(a) Faculdade UnB Planaltina / Universidade de Brasília - UnB. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADO . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. DEISE APARECIDA PERALTA



Documento assinado digitalmente
DEISE APARECIDA PERALTA
Data: 05/03/2025 17:05:09-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Àquelus que anseiam por justiça social
em seus desejáveis horizontes.

AGRADECIMENTOS

ÀQUELUS QUE ME AJUDAM A VIVER, PARA ALÉM DE R(EXISTIR)

Se vou levar uma vida boa, vai ser uma vida vivida com outres, uma vida que não é uma vida sem essus outres; não vou perder essu eu que sou; seja quem eu for, serei transformade pelas minhas conexões com ês outres, uma vez que a minha dependência de outre e a minha confiança são necessárias para viver e para viver bem.¹

Judith Butler

Ao escrever esses agradecimentos percebo a sorte que possuo em hoje ser rodeade de amor, afeto e respeito, algo que, infelizmente, ainda é raridade para pessoas da comunidade LGBTQIAPN+.

Inicialmente, agradeço ao meu pai, Arquiteclino, à minha mãe, Cláudia, e ao meu irmão, Lauro. Mesmo com todos os percalços e divergências, vocês nunca deixaram de me apoiar de todas as formas possíveis, mostrando-me que o amor pode sim, se todes estiverem disponíveis e com muita dedicação, superar as diferenças.

Também agradeço ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Avançadas em Currículo (NIPAC), por, mais que um grupo de pesquisas e estudos, serem uma rede de afetividade. Em especial, à minha querida orientadora, Profa. Dra. Deise Aparecida Peralta, por ter apostado e confiado em mim durante o meu processo de mestrado, o meu constituir-se enquanto pesquisadore. Estendo esses agradecimentos às também pesquisadoras do NIPAC, Arth e Yudi, por, talvez sem mesmo perceberem, entre conversas profundas sobre gêneros e karaokês um tanto quanto vergonhosos após as reuniões, terem me acolhido enquanto pessoa não-binária e me nutrido de força e inspiração: essa, sem dúvidas, é uma conquista nossa.

Agradeço, com muito amor, a todes amigues que me acompanharam durante esse processo, em especial, à Gabrielle Cassemiro, Denisson Guimarães, Helena Carrara e Edriely Oliveira. Seja em chamadas de vídeo para superar a distância, em cafezinhos ou *coworkings* para fazer companhia durante o estudo, cada ume, à sua maneira, fez-se presente: cada passo meu carrega um pouco de vocês. Obrigade por sonharem os meus sonhos, chorarem os meus choros e comemorarem as minhas conquistas.

¹Adaptado para a linguagem neutra seguindo o Manual de Linguagem Neutra em Língua Portuguesa e o Manual de Imprensa “Comunicação para Todes, Todas e Todos”, que são as referências utilizadas para a linguagem neutra nesta dissertação.

Conjuntamente, a essas amizadas, agradeço à minha veterana da Licenciatura em Física que, para a minha sorte, cruzou novamente o meu caminho no dia do processo seletivo para o ingresso no mestrado e segue comigo para o ingresso no doutorado: Maria Lara, “minha duplinha”. Viver a pós-graduação sempre foi um grande sonho na minha vida, mas ele tem feito muito mais sentido sendo experienciado e vivenciado com você. Obrigade pela parceria, apoio, incentivo e carinho durante todo esse processo, mas, sobretudo, obrigade por sonhar comigo.

Por fim, com muito carinho, agradeço a minha psicóloga, Camila Bruna, que me acompanha desde os anos iniciais da graduação. Em todos esses anos de acompanhamento aprendi muito sobre mim e sobre a vida que quero ter, mas, essencialmente, aprendi a confiar em mim, a me permitir sonhar, e, principalmente, a viver, para além das cobranças por perfeccionismo e produtividade. Sem os aprendizados que obtive e o acolhimento que recebi, não seria possível que aquele jovem de 20 anos conseguisse concluir mais uma etapa tão sonhada e se permitisse vislumbrar os próximos passos.

E lhes digo isto a partir de minha posição de trans, um corpo não binário que teve que se transformar para poder sair de sua velha “jaula” e sobreviver inventando, dia após dia e de forma precária, outras práticas de liberdade. Se eu considerar minha evolução e seu ponto atual, não posso reclamar nem me contentar com ela. Ainda há muito o que fazer.

Paul B. Preciado

ROCHA, Larissa Gonçalves Faria. **Do Reconhecimento ao Potencial Redistributivo: um diagnóstico das reivindicações LGBTQIAPN+ em documentos curriculares das Licenciaturas em Física na Unesp** 100 p. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2025.

RESUMO

Esta dissertação relata o desenvolvimento de uma pesquisa que, durante o Mestrado Acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, se fez requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. A presente investigação pretende responder à seguinte questão: a institucionalização de políticas voltadas para as diversidades na Unesp têm chegado aos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de Licenciatura em Física no que diz respeito à comunidade LGBTQIAPN+? Objetiva-se diagnosticar de que forma esta política se faz presente na formação inicial de professorias de Física, com ênfase nas questões de gêneros e sexualidades, em uma perspectiva da teoria bidimensional de Nancy Fraser. Para tanto, os caminhos metodológicos consistem em, a partir de análise documental, considerando as dimensões de Reconhecimento e Redistribuição propostas por Fraser, mais especificamente, caracterizar a institucionalização dessas políticas na Unesp e avaliar se estas têm chegado aos novos PPPs dos cursos de Licenciatura em Física, vigentes a partir de 2023, após a reestruturação/alteração curricular decorrente da demanda da curricularização da extensão. Os resultados indicam que, embora o reconhecimento venha sendo atendido pela Unesp, esta política ainda não tem adentrado os documentos curriculares de formação inicial de professorias, o que entendemos que teria potencial para se constituir em um remédio transformativo.

Palavras-chave: Gêneros. Justiça Social. LGBTQIAPN+. Licenciatura em Física. Nancy Fraser.

ROCHA, Larissa Gonçalves Faria. **From Recognition to Redistributive Potential: a diagnosis of LGBTQIAPN+ claims in curricular documents for Physics Degrees at Unesp**. 100 p. 2025. Dissertation (Master in Education for Science) – São Paulo State University, Bauru, 2025.

ABSTRACT

This dissertation reports the development of research that, during the Academic Master's Degree in the Postgraduate Program in Education for Science, was a partial requirement for obtaining the Master's degree. The present investigation aims to answer the following question: has the institutionalization of policies aimed at diversity at Unesp reached the Pedagogical Political Projects (PPPs) of Physics Degree courses with regard to the LGBTQIAPN+ community? The objective is to diagnose how this policy is present in the initial training of Physics teachers, with an emphasis on issues of gender and sexualities, from a perspective of Nancy Fraser's two-dimensional theory. To this end, the methodological paths consist of, based on documentary analysis, considering the dimensions of Recognition and Redistribution proposed by Fraser, more specifically, characterizing the institutionalization of these policies at Unesp and evaluating whether they have reached the new PPPs for Physics Degree courses, in force from 2023, after the curricular restructuring/change resulting from the demand for the curricularization of the extension. The results indicate that, although recognition has been met by Unesp, this policy has not yet entered the curricular documents for initial teacher training, which we understand would have the potential to constitute a transformative remedy.

Keywords: Degree in Physics. Genres. LGBTQIAPN+. Nancy Fraser. Social Justice.

ROCHA, Larissa Gonçalves Faria. **Del Reconocimiento al Potencial Redistributivo: un diagnóstico de las reivindicaciones LGBTQIAPN+ en los documentos curriculares de las carreras de Física de la Unesp.** 100 p. 2025. Disertación (Maestría en Enseñanza de las Ciencias) - Universidad Estatal de São Paulo, Bauru, 2025.

RESUMEN

Esta disertación da cuenta del desarrollo de una investigación que, durante la Maestría Académica en el Programa de Posgrado en Educación para las Ciencias, fue requisito parcial para la obtención del título de Maestría. La presente investigación tiene como objetivo responder a la siguiente pregunta: ¿la institucionalización de políticas orientadas a la diversidad en la Unesp ha llegado a los Proyectos Políticos Pedagógicos (PPP) de las carreras de Licenciatura en Física con respecto a la comunidad LGBTQIAPN+? El objetivo es diagnosticar cómo esta política está presente en la formación inicial de profesores de Física, con énfasis en cuestiones de género y sexualidades, desde una perspectiva de la teoría bidimensional de Nancy Fraser. Para ello, los caminos metodológicos consisten en, a partir del análisis documental, considerar las dimensiones de Reconocimiento y Redistribución propuestas por Fraser, más específicamente, caracterizar la institucionalización de esas políticas en la Unesp y evaluar si han alcanzado las nuevas PPP para las carreras de Licenciatura en Física, vigentes a partir de 2023, luego de la reestructuración/cambio curricular resultante de la demanda de curricularización de la extensión. Los resultados indican que, si bien ha tenido reconocimiento por parte de la Unesp, esta política aún no ha ingresado en los documentos curriculares para la formación inicial docente, lo que entendemos tendría el potencial de constituir un remedio transformador.

Palabras clave: Géneros. Justicia Social. LGBTQIAPN+. Licenciatura en Física. Nancy Fraser.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Coletividades sociais sob a perspectiva de Nancy Fraser.....	28
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Injustiças de âmbito cultural e econômico.....	25
Quadro 2 -	Conjunto de remédios para as injustiças.....	26
Quadro 3 -	Categorização dos remédios para Justiça Social em Nancy Fraser.....	30
Quadro 4 -	Base inicial de dados para a reconstrução da institucionalização de políticas para as diversidades na Unesp em sua história recente.....	45
Quadro 5 -	Divisão dos documentos por temáticas centrais.....	48
Quadro 6 -	Iniciativas mapeadas pelo projeto Educando para a Diversidade.....	55
Quadro 7 -	Caracterização quanto ao campus, período e modalidade dos cursos de Física da Unesp.....	71
Quadro 8 -	Palavras selecionadas para análise inicial dos PPPs dos cursos de Licenciatura em Física.....	73
Quadro 9 -	Segundo momento de análise dos PPPs: buscando por remédios.....	74
Quadro 10 -	Segundo momento de análise do PPPs do curso de Licenciatura em Física de Bauru: buscando por remédios.....	77
Quadro 11 -	Segundo momento de análise do PPP do curso de Licenciatura em Física de Guaratinguetá: buscando por remédios.....	80
Quadro 12 -	Segundo momento de análise do PPP do curso de Licenciatura em Física de Ilha Solteira: buscando por remédios.....	83

Quadro 13 - Segundo momento de análise do PPP do curso de Licenciatura em Física de Presidente Prudente: buscando por remédios.....	85
Quadro 14 - Segundo momento de análise do PPP do curso de Licenciatura em Física de Rio Claro: buscando por remédios.....	88
Quadro 15 - Segundo momento de análise do PPP do curso de Licenciatura em Física de São José do Rio Preto: buscando por remédios.....	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resoluções e Portarias que contém o termo “diversidade” ou “diversidades” em seu texto na década 2015-2024.....	43
Tabela 2 - Distribuição dos documentos encontrados por ano de publicação.	44
Tabela 3 - Análise inicial do PPP do curso de Licenciatura em Física do câmpus de Bauru.....	75
Tabela 4 - Análise inicial do PPP do curso de Licenciatura em Física do câmpus de Guaratinguetá.....	78
Tabela 5 - Análise inicial do PPP do curso de Licenciatura em Física do câmpus de Ilha Solteira.....	82
Tabela 6 - Análise inicial do PPP do curso de Licenciatura em Física do câmpus de Presidente Prudente.....	84
Tabela 7 - Análise inicial do PPP do curso de Licenciatura em Física do câmpus de Rio Claro.....	86
Tabela 8 - Análise inicial do PPP do curso de Licenciatura em Física do câmpus de São José do Rio Preto.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CAFÍS	Centro Acadêmico da Física “Rodrigo Leandro”
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CES	Câmara de Educação Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CR	Comissão de Reestruturação
GTCEM	Grupo de Teoria Crítica e Educação em Ciências e Matemática
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis (Transvestigêneros), Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Não-binários
KJ	Coletivo Katherine Johnson
NIPAC	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Avançadas em Currículo
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

PARTE 1 - APRESENTAÇÕES: É PESQUISADORE E A TEORIA	18
1.1 A pessoa por trás da pesquisa, ou, por que essa preocupação?	18
1.2 Reconhecimento e Redistribuição: a teoria bidimensional de Justiça Social de Nancy Fraser.....	23
1.3 Justiça Curricular: um caminho para a Justiça Social	30
1.4 Entre trajetórias e encontros: expressando a questão e os objetivos desta pesquisa	32
PARTE 2 - TRAÇANDO UM DIAGNÓSTICO: ENTRE DOCUMENTOS, COLETIVOS E MEMÓRIAS	37
2.1 Os caminhos metodológicos	37
2.1.1 Relacionando o primeiro e o segundo momento: a reestruturação/alteração curricular dos cursos de Licenciatura em Física da Unesp.....	40
2.2 O primeiro momento: caracterizando o histórico da política institucional de reconhecimento às diversidades da Unesp	41
2.2.1 Política de Idiomas	49
2.2.2 Estrutura curricular de cursos de graduação	51
2.2.3 Nome Social	52
2.2.4 Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI).....	54
2.2.5 Política Educativa	64
2.2.6 Extensão.....	66
2.2.7 Concursos Públicos	69
2.3 O segundo momento: analisando os Projeto Político Pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Física da Unesp.....	70
PARTE 3 - CONCLUSÕES: UM DIAGNÓSTICO POSSÍVEL	92
3.1 Do Reconhecimento ao Potencial Redistributivo	92
REFERÊNCIAS	98

PARTE 1 - APRESENTAÇÕES: É PESQUISADORE E A TEORIA

1.1 A pessoa por trás da pesquisa, ou, por que essa preocupação?

Não sou um homem. Não sou uma mulher. Não sou heterossexual. Não sou homossexual. Tampouco sou bissexual. Sou uma dissidente do sistema sexo-gênero. Sou a multiplicidade do cosmos encerrada num regime político e epistemológico binário gritando diante de vocês.²

Paul B. Preciado

Talvez seja este “não-lugar”, este “não pertencer” de Preciado, o lugar no qual eu me encontro e me reconheça. É de lá, ou, melhor dizendo, é daqui que se origina a intencionalidade da pesquisa que será apresentada neste relatório.

...

É impossível apresentar a minha pesquisa sem antes apresentar quem sou e de onde falo. A minha trajetória, pessoal e acadêmica, e esta pesquisa estão intrinsecamente conectadas, desde antes do ingresso na universidade. Hoje acredito que o tema desta pesquisa foi decidido muito antes da decisão de me tornar pesquisadore. Não era possível dedicar o meu foco principal a outra questão.

Eu sempre tive duas grandes paixões na vida: educação e política! Educação por saber do seu potencial de transformar vidas, já que foi o que aconteceu com a minha família, por meu pai se tornar professor de Matemática e de Física e, com isso, traçar um novo futuro para nós, para além da extrema vulnerabilidade social. Já, política, porque não me havia outra opção, dado o anseio por justiça social, por ser uma pessoa que teve e tem sua existência subalternizada em diversas camadas.

Por sempre me interessar por educação e por meu pai ser professor que, tendo vivenciado na pele a transformação que essa é capaz de gerar, e, juntamente com a minha mãe, se dedicar ao máximo para que ês filhes pudessem concluir os estudos, me dediquei muito à escola enquanto criança e adolescente. Participei de diversas olimpíadas de matemática e astronomia, obtendo certificados e menções honrosas em todas, para além de também ter um texto e um desenho publicados em dois livros organizados pela minha cidade natal, Itatiba (SP).

Ao final do Ensino Fundamental, fui selecionade para representar a minha escola, EMEB Profa. Ângela Lygia Parodi Scavone, no concurso “Melhor Estudante

²Adaptado para a linguagem neutra.

da Escola Pública de Itatiba”, uma parceria entre o Rotary Club, a prefeitura e alguns colégios particulares da cidade, que tinha o intuito de conceder bolsas integrais para o Ensino Médio para ês cinco estudantes com maiores médias escolares da cidade e com as maiores pontuações na prova elaborada para o concurso. Fiquei em segundo lugar, conquistando uma bolsa de estudos integral para o Colégio Next, onde estudei por todo o Ensino Médio e consegui outra bolsa - que, no caso, não foi utilizada -, por ranking de notas da sala.

Esse fato foi, sem dúvidas, um divisor de águas para mim. Não pontuo isso pela infraestrutura e qualidade excepcionais do colégio, tampouco por este ter parceria com a Google e a Apple, mas sim pelo choque entre as realidades sociais nesta mudança de sistema educacional: do público para o privado; de uma escola que teve que ser interditada por estar afundando em um córrego para um colégio que contava até mesmo com seu próprio observatório.

A percepção desta alteração foi extremamente gritante, mas a minha defasagem ao ingressar no novo sistema e as diferenças culturais e socioeconômicas, o que tornou a experiência dos anos finais da Educação Básica extremamente exaustiva e revoltante, não foram o maior dos problemas. Sem dúvidas, a maior das dificuldades desta fase escolar, foi o fato de eu ser a única pessoa publicamente assumida LGBTQIAPN+ de todas as salas do Ensino Médio do colégio.

A experiência de crianças e adolescentes da comunidade LGBTQIAPN+ na escola quase sempre é traumática, marcada por diversos preconceitos de colegas de turma, professorias, equipe gestora e família, seja por não saberem como e não buscarem acolher ou por de fato serem os agentes diretos destas violências. No meu caso, não foi diferente.

No entanto, eu tive a grande sorte de receber o acolhimento de algumas pessoas em meio a este contexto caótico. A exemplo, meu professor de Filosofia e meu professor de Física - que, não por acaso, se tornaram as matérias mais presentes na minha vida acadêmica.

Ingressei no Ensino Superior em 2019, no curso de Física da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, no campus de Bauru, mesmo local no qual está situado o Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência. Confesso que quando ingressei no curso, que até então era dividido nas modalidades de Licenciatura em Física e Bacharelado em Física dos Materiais, a Licenciatura ainda não era uma certeza para mim, inclusive, cheguei a cursar muitas disciplinas do

Bacharelado, porque, afinal de contas, eu sempre flertei com a Astronomia e a Aeronáutica, fazendo diversos cursos em universidades desde o Ensino Médio. Mas, com o passar do tempo, não era mais esse cosmos o que me encantava.

Ao iniciar a vida universitária, assumi diversos papéis na representação discente³, na representação política. Acredito que por não me ver naqueles espaços, por não me sentir representado, eu tenha assumido essa responsabilidade para mim, para ter a certeza de que pautas de interesse da comunidade que eu pertencço seriam levantadas e para que outras pessoas pudessem se reconhecer naqueles espaços através da minha representação. Assim, logo me tornei Representante Discente Titular da turma de Física de 2019 e, na sequência, participei do processo de fundação do Centro Acadêmico da Física “Rodrigo Leandro” (CAFÍS), no qual ocupei a Coordenadoria Geral por dois anos. Paralelamente, tornei-me integrante do coletivo feminista da Física, o Coletivo Katherine Johnson, e passei a militar pela causa animal, enquanto ativista vegane pela União Vegana de Ativismo (UVA) e pelo Coletivo L.A.V.O.U.R.A. (Liberdade, Autonomia, Veganismo, Organização, União, Resistência e Anarquia).

Posteriormente, passei a ser Representante Discente Suplente na Comissão Permanente de Ensino da Faculdade de Ciências e na Congregação da Faculdade de Ciências. Concomitantemente, participei da reativação do Diretório Acadêmico “César Lattes” pela chapa “Horizonte”, que tinha os ideais focados na permanência estudantil, na Ciência enquanto um direito para a democracia e nas diversidades dos estudantes do campus, no qual ocupei por um ano e meio a função de Segunde Coordenadore Geral.

Em meio a todas essas lutas, o anseio por justiça social cresceu em mim, nutrindo-me, de forma que passei a enxergar na Educação uma possibilidade para a transformação social e optei por, enfim, concluir a Licenciatura. Depositei ali as minhas esperanças e a minha sede.

De fato, a luta anticapitalista e antiespecista⁴ demandavam (e demandam) muitas das minhas energias, tempo, disposição e foco, mas era o que me movia, o

³Atualmente, seguindo na representação discente, sou Representante Discente Titular da Pós-Graduação no Conselho Universitário da Unesp, no qual tenho levantado como principais pautas a permanência estudantil e o início da reserva de vagas para pessoas transvestigêneres.

⁴O movimento antiespecista se opõe ao especismo, ou seja, tem como ideal a igualdade entre todos os seres sencientes, de forma a buscar pelo fim da exploração de todos os animais, humanos e não humanos.(Godoy; Souza, 2019).

que dava (e ainda dá) sentido aos caminhos. Dessa forma, numa tentativa de alinhar toda essa trajetória, meus posicionamentos, lutas, angústias, reivindicações, anseios e esperanças, encontrei na pesquisa uma possibilidade.

Entendo que a pesquisa só existe, porque ainda há problemas a serem solucionados, porque as causas ainda não estão perdidas. Assim, optar por pesquisar, e, mais especificamente, por produzir conhecimento na área de Educação é, na minha concepção, um posicionamento político, um ato de esperança na transformação social.

É com isso que cheguei, por fim, à decisão de me tornar pesquisadore e me dedicar às diversidades de gêneros e sexualidades na formação inicial de professories. É uma forma de manter a esperança na Educação e na transformação de nossos tempos. É uma maneira de vislumbrar caminhos para um futuro desejável em termos de justiça social.

Dessa forma, ao escolher construir uma carreira na pesquisa, no último semestre da minha graduação, em 2022, participei do processo seletivo para cursar o Mestrado Acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, no qual obtive a aprovação e ingressei em fevereiro de 2023. Ao ingressar, sob orientação da Profa. Dra. Deise Aparecida Peralta, ingressei também no Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Avançadas em Currículo (NIPAC) no âmbito do Grupo de Teoria Crítica e Educação em Ciências e Matemática (GTCEM).

Ao adentrar no mestrado, obtive dois dos que considero os grandes aprendizados da minha formação enquanto pesquisadore, que são os responsáveis por algumas escolhas e posicionamentos feitos neste relatório de pesquisa. O primeiro pode ser resumido em uma frase: tudo é coletivo e o coletivo é político. Compreendi, sobretudo pela minha participação no NIPAC, que fazer ciência, fazer pesquisa, produzir conhecimento e, até mesmo as novas ideias, são processos e, mais que isso, são processos que ocorrem coletivamente, politicamente, num determinado espaço e tempo.

Já o segundo grande aprendizado que pontuo, advindo da aproximação com a Teoria Crítica da Sociedade por conta da participação no Grupo de Teoria Crítica e Educação em Ciências e Matemática (GTCEM) pode ser resumido na seguinte frase: a forma também é um instrumento de comunicação. Assim, para além dos objetivos, das reflexões e considerações da pesquisa realizada, outra preocupação gira em torno de como as comunicar neste relatório.

Sendo assim, diante destes aprendizados, algumas escolhas foram feitas para o direcionamento da pesquisa e sua escrita. Optei por dividir esta dissertação em três partes, sendo que cada novo título e primeiro subtítulo é acompanhado de uma citação, com a intenção de evidenciar a coletividade no processo de formação de pesquisadores e na realização desta pesquisa. Além disso, todas essas citações são de mulheres e pessoas transvestigêneres (transexuais, transgêneres, travestis e não-binárias), que também são a preferência para as referências utilizadas, entendendo essa como uma forma outra de produzir pesquisa, sob uma perspectiva contra-hegemônica. Adicionalmente, a segunda e a terceira parte desta dissertação são narradas no plural, também com o intuito de demarcar a coletividade envolvida no processo da pesquisa.

Outra decisão tomada, como uma forma de me posicionar politicamente - e que entendo que não compromete a compreensão do trabalho, é a utilização de linguagem neutra, tendo em vista que sou uma pessoa não-binária e utilizo o pronome *elu*, compreendido dentro desta linguagem. Para isso, utilizei o Manual de Linguagem Neutra em Língua Portuguesa, elaborado pela Frente Trans Unileira (FTU)⁵, e o Manual de Imprensa “Comunicação para Todes, Todas e Todos”⁶, resultado de uma pesquisa vinculada à Universidade de Brasília.

Palavras, historicamente, existem e deixam de existir por luta política, impactando na construção de identidades e subjetividades. Dessa forma, compreendemos a linguagem neutra como, para além de um sistema de comunicação inclusivo, um instrumento político capaz de criticar a predominância do uso do masculino sobre o feminino na norma culta da língua portuguesa e problematizar o sistema binário de gênero. Trata-se de uma posição que nos aproxima de um manifesto, objetivando uma forma de demarcar espaço dentro da comunidade acadêmica.

⁵Publicado em 2022 pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana, pode ser acessado pelo link: <https://portal.unila.edu.br/informes/manual-de-linguagem-neutra/Manualdelinguagemneutraport.pdf>

⁶Publicado em 2022 pela Universidade de Brasília, pode ser acessado pelo link: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7546402/mod_resource/content/1/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20para%20todas%2C%20todos%20e%20todes_UnB.pdf

1.2 Reconhecimento e Redistribuição: a teoria bidimensional de Justiça Social de Nancy Fraser

Eis, então, um difícil dilema. Doravante vou chamá-lo dilema da redistribuição-reconhecimento. Pessoas sujeitas à injustiça cultural e à injustiça econômica necessitam de reconhecimento e redistribuição. Necessitam de ambos para reivindicar e negar sua especificidade. Como isso é possível?

Nancy Fraser

Ao entrar em contato com a Teoria Crítica (T.C.), após o ingresso no GTCEM, muito me encantou a preocupação dos pensadores dessa corrente em diagnosticar as contradições do tempo presente e abalar as estruturas desse. Desde então, venho me dedicando, principalmente, a estudar a obra da estadunidense Nancy Fraser, por reconhecer em seus escritos muitos dos meus anseios e lutas. Assim, a escolhi como referencial filosófico para esta pesquisa.

Teoria Crítica é o nome dado a uma corrente de pensamento iniciada na Universidade de Frankfurt, no final da década de 1920, por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Social. Embora iniciada em Frankfurt, e por isso chamada muitas vezes de escola de Frankfurt, a T.C. não se restringe fisicamente ou geograficamente.

A T.C. se contrapõe à teoria tradicional, por entender que esta permanece na superfície, sem conexões com a realidade social e o processo histórico envolvidos em todos os conhecimentos. Dessa forma, os primeiros pensadores criticavam o valor excessivo dado à razão instrumental em detrimento da teoria social (Peralta, 2012).

Dentre os pensadores da atualidade que se autodeclaram vinculados à tradição de pensamento da Teoria Crítica, temos a filósofa política Nancy Fraser. Fraser nasceu em 1947 na cidade de Baltimore - EUA e hoje é professora titular de Ciências Políticas e Sociais da *New School for Social Research*, onde realizou o seu doutoramento. O seu vasto trabalho pode ser dividido em três grandes frentes e/ou momentos: iniciando pelo feminismo, mais especificamente, a Segunda Onda do Feminismo nos Estados Unidos; passando pela fundamentação de uma teoria de justiça, chegando às suas reflexões mais atuais referentes ao capitalismo, marcadas pela publicação do livro *Capitalismo em Debate: uma conversa na teoria crítica* (Fraser; Jaeggi, 2020).

Para esta pesquisa, seleciono, mais especificamente, o recorte de sua teoria bidimensional de Justiça Social - Redistribuição e Reconhecimento. Fraser conceitua

estes dois termos em seu livro “Justiça Interrompida: reflexões críticas sobre a condição ‘pós-socialista’”⁷.

O termo “pós-socialista” demarca a queda do Muro de Berlim (1989) e a dissolução da União Soviética (URSS) (1991). É utilizado, portanto, como uma forma de indicar um momento de afastamento dos movimentos sociais do ponto de vista econômico, da ideia de “classe”, que busca por “redistribuição”, constituinte, nas palavras de Fraser, do imaginário político socialista. Em contraposição, um momento de aproximação com a perspectiva cultural, com a ideia de “grupos” e “identidades”, que busca por “reconhecimento”, que, por sua vez, constitui o imaginário pós-socialista (Fraser, 2022). Dessa forma,

[...] na sociedade contemporânea globalizada e neoliberal, as reivindicações foram transformadas e as duas dimensões da justiça trabalhadas por Fraser passaram a ser vistas de forma dissociada, sendo que o foco central passou da luta pela redistribuição à luta pelo reconhecimento (Nariel; Costa, 2023, p. 108).

Frente a essa separação, Fraser, como lembrado em entrevista para a revista *Perspectivas*, em 2017, buscou intervir para superação da cisão entre dois tipos de movimentos de esquerda:

De um lado, havia o que restara dos movimentos social-democratas e trabalhistas que se inseriram no sistema capitalista com a bandeira da redistribuição - mesmo que antes tenham se posicionado como exteriores a ele e buscado uma abordagem mais revolucionária. Do outro lado, estavam os vários novos movimentos sociais: feminismo, antirracismo, LGBTQ etc., que emergiram da *New Left*, mas se distanciaram progressivamente de seu anticapitalismo e de sua crítica da economia política (Fraser, 2017).

Segundo a filósofa, estes movimentos buscavam isoladamente por redistribuição ou reconhecimento - como ela denominou. No entanto, as suas reivindicações não eram facilmente redutíveis a justiça do reconhecimento ou redistributiva, de forma que Fraser considerou esta uma situação problemática e buscou intervir para, em suas palavras “unir duas preocupações importantes que a cultura política estava separando” (Fraser, 2017). Assim, conseqüentemente, para Fraser “uma teoria que trate hoje de questões de justiça precisa ser dualista. Não o sendo, qualquer modelo teórico estaria excluindo ou subsumindo, inevitavelmente, pelo menos um dos tipos de justiça social existentes” (Bressiani, 2010, p. 14).

⁷Publicado, originalmente, em inglês em 1997. Lançado no Brasil pela editora Boitempo em 2022.

Posto este contexto, portanto, Fraser pontua que,

apesar das diferenças entre elas, ambas as injustiças, a socioeconômica e cultural, estão difundidas nas sociedades contemporâneas. Ambas estão enraizadas em processos e práticas que desfavorecem alguns grupos de pessoas em benefício de outros. Ambas, portanto, devem ser solucionadas (Fraser, 2022, p. 32).

Dessa forma, embora os dilemas, as injustiças, da sociedade atual necessitem de soluções tanto no âmbito cultural quanto no econômico, a autora (2022) realiza uma distinção analítica entre estas, compreendendo que o cerne da injustiça cultural, ou simbólica, é a estrutura cultural-valorativa, enquanto o cerne da injustiça econômica é a má redistribuição. Estas se desdobram e se manifestam de diferentes maneiras na sociedade. Alguns exemplos de tais injustiças, que a autora aponta em seu livro supracitado, estão presentes no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Injustiças de âmbito cultural e econômico

Injustiça	Cerne	Exemplos de injustiças
Cultural ou simbólica	Estrutura cultural-valorativa	- Dominação cultural. - Ausência de reconhecimento. - Desrespeito.
Econômica	Má distribuição econômica	- Exploração. - Marginalização econômica. - Privação.

Fonte: Autore a partir de Fraser (2022).

Assim como diversas são as manifestações de injustiças, como consta no Quadro 1, também são os remédios⁸ para as solucionar, como consta no Quadro 2, a seguir. Nesse sentido, Fraser (2002) nomeia por “reconhecimento” o conjunto de remédios para as injustiças no âmbito cultural e, analogamente, por “redistribuição” os diversos remédios no enfrentamento às injustiças de âmbito econômico.

⁸O uso do termo “remédio” é em alusão ao tratamento de injustiças, sejam elas culturais ou econômicas, como patologias.

Quadro 2 - Conjunto de remédios para as injustiças

Dimensão	Conjunto de remédios
Reconhecimento	<ul style="list-style-type: none"> - Revalorização das identidades desrespeitadas e dos produtos culturais dos grupos difamados. - Reconhecimento e a valorização positiva da diversidade cultural. - Transformação abrangente dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação.
Redistribuição	<ul style="list-style-type: none"> - Redistribuição de renda. - Reorganização do trabalho. - Controles democráticos do investimento. - Transformação de estruturas econômicas básicas.

Fonte: Autore a partir de Fraser (2022).

De fato, ambos, o modelo de justiça do reconhecimento e o modelo de justiça redistributivo são necessários frente aos dilemas de nossos tempos. No entanto, para fins analíticos, Fraser (2022) conceitua um espectro⁹, no qual algumas coletividades sociais são localizadas de forma exclusiva a cada um de seus polos, a depender dos remédios que demandam.

No mundo real, é claro, economia política e cultura estão entrelaçadas, assim como as injustiças de distribuição e de reconhecimento. Podemos nos questionar, portanto, se existe realmente uma coletividade desse tipo puro. Para propósitos heurísticos, todavia, é útil examinarmos suas características (Fraser, 2022, p. 35).

Fraser, portanto, apresenta que, no polo redistributivo, o cerne das injustiças é a economia, “em outras palavras, ele se diferencia enquanto coletividade em virtude da estrutura econômica, em oposição à ordem cultural da sociedade” (Fraser, 2022, p. 35). Sendo assim, um exemplo de coletividade deste polo é a classe trabalhadora na perspectiva de Marx, a dependente de salário:

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital (Antunes, 1999, p. 102-3).

⁹A abordagem espectral de Fraser denota como, apesar das pessoas que sofrem injustiças as sentem de uma ampla e multidimensional forma, há sempre uma ou outra modalidade de injustiça que, localizada nesse amplo espectro, acometem mais um grupo ou outro de pessoas.

Enquanto isso, o polo do reconhecimento “se diferencia enquanto coletividade em virtude dos padrões sociais de interpretação e valoração vigentes, e não em virtude da divisão do trabalho” (Fraser, 2022, p. 37). À vista disso, uma representante desta coletividade é a sexualidade.

Acredito que aqui se faça necessário um adendo. Ao abordar a sexualidade, enquanto uma coletividade localizada, espectralmente, no polo do reconhecimento, são citadas apenas lésbicas e gays, contrapondo a heterossexualidade com a homossexualidade:

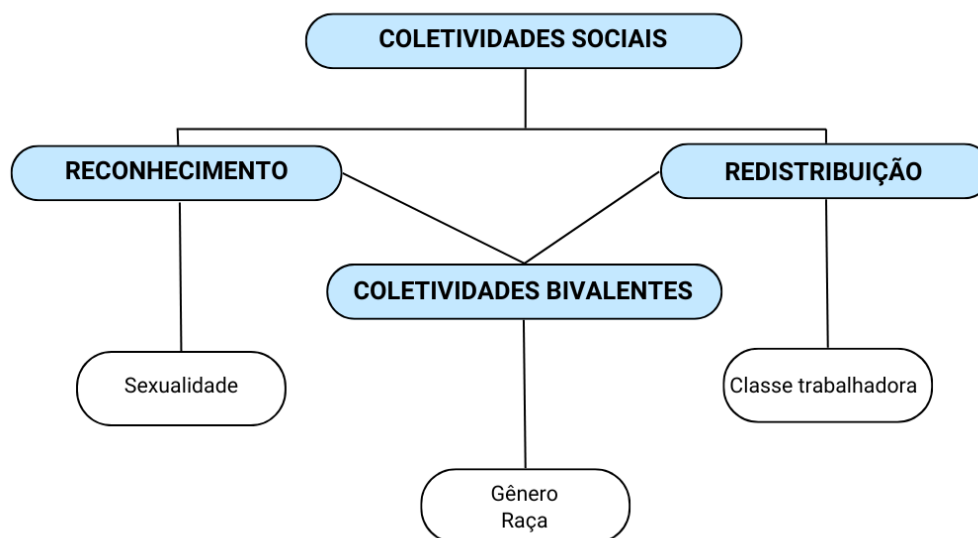
Gays e lésbicas sofrem heterossexismo, isto é, uma construção de normas que dispõem de autoridade e que privilegiam a heterossexualidade. Além disso, sofrem homofobia, isto é, uma desvalorização cultural da homossexualidade. Com sua sexualidade sendo rebaixada, os homossexuais ficam sujeitos a humilhações, assédio, discriminação e violência, e suas proteções iguais e seus direitos jurídicos são negados - tudo fundamentalmente negação de reconhecimento (Fraser, 2022, p. 37).

Entendo que essa seja uma perspectiva limitada das sexualidades, que, ao contrapor heterossexualidade e homossexualidade reforça binarismos. No entanto, compreendo que ao escrever este ensaio, Fraser tinha suas preocupações voltadas a construir um modelo de Justiça Social, não a definir sexualidades. Dessa forma, estendo a compreensão de homossexualidade enquanto uma coletividade social que requer justiça do reconhecimento para todas as outras sexualidades que integram a comunidade LGBTQIAPN+.

Para além das coletividades que se localizam exclusivamente em um dos polos deste espectro de justiça, há as que estão difusas no meio desse e, simultaneamente, requerem os remédios dos dois modelos, as chamadas bivalentes. Nestas recaem injustiças de reconhecimento e de redistribuição, como é o caso da raça e do gênero. Para sintetizar este espectro que Fraser nos propõe para pensarmos as injustiças de nossos tempos e localizar as coletividades, foi elaborada a Figura 1, a seguir.

Como representado na Figura 1, as coletividades bivalentes estão localizadas de forma afastada dos polos, sendo assim, combinam características de ambos. Dessa forma, remédios exclusivos de reconhecimento ou de redistribuição não contemplam integralmente os dilemas destas coletividades.

Figura 1 - Coletividades sociais sob a perspectiva de Nancy Fraser



Fonte: Autore.

É importante ressaltar que, assim como ao abordar a sexualidade como uma coletividade de reconhecimento, ao abordar o gênero enquanto uma coletividade bivalente, entendo que a teoria bidimensional de Fraser apresenta um viés binarista, demonstrando um déficit de representação para pessoas transvestigêneres, dado que, ao trabalhar, novamente, com contraposições para exemplificar injustiças e remédios, nomeia que tais injustiças são voltadas às mulheres:

Essa desvalorização se expressa em um série de dados sofridos pelas mulheres, entre eles assédio sexual, exploração sexual e violência doméstica generalizada; banalização, objetificação e rebaixamento em representações estereotipadas na mídia; assédio e rebaixamento em todas as esferas da vida cotidiana; sujeição a normas androcêntricas que fazem com que as mulheres pareçam baixas ou desviantes e o trabalho as desfavoreça, mesmo na ausência de qualquer intenção de discriminar; atitudes discriminatórias, exclusão ou marginalização nas esferas públicas e em corpos deliberativos; negação de proteções iguais e direitos jurídicos plenos (Fraser, 2022, p. 40).

Compartilhei estas reflexões na I Conferência Internacional Marxismo Feministas, realizada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo entre 22 e 26 de abril de 2024. Na ocasião, levei estas reflexões que surgiram no momento de apropriação da concepção bidimensional de Justiça Social de Nancy Fraser, na forma de um resumo intitulado Fendas Teóricas

na Teoria Bidimensional de Justiça de Nancy Fraser: pessoas não-binárias como comunidades bivalentes¹⁰.

Embora estes dois aspectos tenham me gerado inquietações, compreendo que é parte da formação enquanto pesquisadore reconhecer e entender que nenhuma teoria é vasta o suficiente para abranger todos os aspectos e não apresentar nenhuma lacuna. Por vezes, é a partir de tais lacunas que novas ideias surgem e novos conhecimentos são construídos e socializados. Dessa forma, utilizo nesta pesquisa o recorte específico da teoria bidimensional de Justiça Social de Nancy Fraser, mas transcendendo as limitações binaristas pontuadas.

Voltando ao dilema redistribuição-reconhecimento, para além de categorizar os remédios em redistributivos e de reconhecimento, outra caracterização se faz necessária, a saber, sobre remédios afirmativos e transformativos. Remédios afirmativos tendem a promover a diferenciação de grupos, enquanto os transformativos tendem a desestabilizar esta diferenciação (Fraser, 2001).

Cada qual é destinado a um objetivo diferente, assim,

as medidas afirmativas têm por objetivo a correção de resultados indesejados sem mexer na estrutura que os forma. Já os remédios transformativos têm por fim a correção dos resultados indesejados pela reestruturação da estrutura que os produz (Matos, 2005, p. 147).

Dessa forma, frente aos dilemas dos nossos tempos, os remédios são distinguidos em quatro, combinando-se redistribuição e reconhecimento a afirmação e transformação. Essa combinação é apresentada no Quadro 3.

A partir do conceituado neste quadro, Fraser faz a sua defesa dos remédios transformativos, tanto redistributivos como de reconhecimento, em outras palavras, a sua defesa por uma economia socialista aliada a uma política cultural desconstrutiva para as coletividades bivalentes. No entanto, Fraser estende este posicionamento, de forma que não se restringe a estas coletividades, já que nenhuma pessoa é membra de apenas uma, já que “todos os eixos de injustiça se interseccionam de maneiras que afetam os interesses e as identidades de todos” (Fraser, 2022, p. 56).

¹⁰ROCHA; Larissa Gonçalves Faria; PERALTA; Deise Aparecida. Fendas Teóricas na Teoria Bidimensional de Justiça de Nancy Fraser: pessoas não-binárias como comunidades bivalentes. In: I Conferência Internacional Marxismo Feministas, 2024, São Paulo. **Caderno de Resumos [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2024, p. 40. Disponível em: <https://marxismofeminista.com/wp-content/uploads/2024/04/caderno-de-resumos-com-programacao-completa-corrigido.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

Quadro 3 - Categorização dos remédios para Justiça Social em Nancy Fraser

	Afirmção	Transformação
Redistribuição	<i>Estado de bem-estar liberal</i> Realocação superficial de bens existentes para grupos existentes; reforça a diferenciação de grupos; pode gerar não reconhecimento	<i>Socialismo</i> Reestruturação profunda das relações de produção; borra e diferenciação de grupo; pode ajudar a solucionar algumas formas de não reconhecimento
Reconhecimento	<i>Multiculturalismo dominante</i> Realocações superficiais do respeito para identidades de grupos existentes; reforça as diferenciações de grupo	<i>Desconstrução</i> Reestruturação profunda das relações de reconhecimento; desestabiliza a diferenciação de grupo

Fonte: Fraser (2022, p. 50).

Os conceitos fundamentais da teoria bidimensional de Justiça Social de Nancy Fraser, aqui expostos, serão utilizados ao longo de todo o desenvolvimento desta dissertação, orientando as análises dos documentos e as reflexões. Sendo assim, considerando o que foi apresentado, passamos para a penúltima seção da Parte 1, na qual apresentarei uma noção¹¹ sobre justiça curricular.

1.3 Justiça Curricular: um caminho para a Justiça Social

Ciente de que não cabe aqui ingenuidade, afirma-se que a escola é ao mesmo tempo reprodutora de desigualdades e mediadora de possibilidades para superação delas. O currículo escolar, portanto, pode e deve ser disputado a partir dessa contradição, como um espaço de luta por dignidade, por igualdade e respeito às diversidades.

Branca Jurema Ponce

De fato, muitos são os sentidos e conceitos atribuídos ao termo “currículo”. Por muitas vezes, este é reduzido a um conjunto de disciplinas, conceitos, habilidades e competências, sendo utilizado como sinônimo de grade curricular. No entanto, “há acúmulo suficiente de conhecimentos sistematizados da área para superar esse uso equivocado” (Ponce, 2018, p. 793).

¹¹Faço o uso do termo “noção” com a intenção de enfatizar as múltiplas compreensões e possibilidades conceituais ao se tratar de currículo, desenvolvimento curricular e justiça curricular.

O currículo, para muito além de um documento que regulamenta o que deve ser ensinado e aprendido, é um campo de tensão, um território de confronto imbricado de relações de poder, onde “se disputa, no espaço de formação de crianças, jovens e adultos, o assentamento de valores, crenças, visões de vida e de sociedade, e a construção de possibilidades pessoais da existência presente e futura” (Ponce; Araújo, 2019, p. 1051). Contudo, muitas vezes, se faz expresso em documentos oficiais que dão “aporte a milhares de educadores no Brasil, país que ainda sustenta profundas desigualdades, marcado pela violência contra mulheres, grupos LGBTQIA+ e negros” (Secatti; Guimarães, 2023, p. 7).

Sendo assim, o currículo “pode assumir papel central na discussão sobre a busca da justiça social por meio da educação” (Ponce, 2018) e o seu processo de desenvolvimento “deve estar imbuído dos conceitos de justiça curricular e estar preocupado com a formação de cidadãos para atuarem no combate à violência física, psicológica, social e material” (Secatti; Guimarães, 2023, p.5).

Compreendo que espaços formativos, de qualquer natureza e em diversos níveis, são capazes de propulsionar transformações sociais e também de, contraditoriamente, institucionalizar violências. Assim, amplio o fragmento de Ponce e estendo essa compreensão ao currículo da formação inicial de professorias, entendendo-o “enquanto constituído sob a óptica de diversos interesses, sendo tensionado entre a reprodução e a transformação social” (Rocha; Peralta, 2024). Dessa forma, considero a justiça curricular como uma ferramenta na luta contra a má distribuição e a ausência de reconhecimento, como a busca incessante por Justiça Social por meio do currículo (Ponce; Araújo, 2019).

De acordo com Ponce (2018) são três as dimensões da justiça curricular que devem ser buscadas tendo como horizonte a Justiça Social: a do conhecimento, a do cuidado e a da convivência. Já que a justiça curricular não tem como fim apenas o acesso à educação, mas sim,

toma por currículo todo o processo de ensino-aprendizagem-convivência-cuidado na construção do conhecimento significativo para a vida, que vai sendo subjetivamente apropriado pelo educando ao longo do processo e vai permitindo a ele compreender o mundo e a si mesmo de modo crítico e reflexivo (Ponce; Neri, 2017, p.1223).

A dimensão do conhecimento admite que nenhum conhecimento é neutro e orientará a escolha dos conteúdos curriculares, tendo em vistas a construção de uma

existência digna; a da convivência escolar democrática e solidária, não dispensa a ética e perpassará todos os tempos e espaços do currículo buscando a consolidação de valores humanitários e de respeito; a do cuidado abrange todas as pessoas envolvidas no currículo, com o intuito de viabilizar o acesso ao pleno direito à educação de qualidade social (Ponce, 2018).

Essa compreensão de justiça curricular, enquanto uma ferramenta e um caminho que tem como horizonte a Justiça Social, perpassará o desenvolvimento desta dissertação a título de guiar algumas reflexões sobre os documentos curriculares que serão analisados. Diante do exposto, passamos para a última seção da Parte 1, na qual apresento o resultado da minha trajetória aliada ao encontro com os trabalhos de Fraser: esta pesquisa.

1.4 Entre trajetórias e encontros: expressando a questão e os objetivos desta pesquisa

Em tempos de ataque à democracia, aos direitos humanos fundamentais e às garantias de existência de todas as pessoas que escapam à moralidade androcêntrica ultraconservadora e neoliberal, [...] [somos convidadas a] pensar o compromisso maior da democracia, a saber, defender as pessoas que se encontram marginalizadas, principalmente as mulheres [trans e cis], as negras, as LGBTQIA+ e tantas outras que são oprimidas em esfera pública.

Deise Peralta

A presente pesquisa, de fato, tem parte de sua intencionalidade atrelada à minha experiência enquanto uma pessoa LGBTQIAPN+ durante a adolescência, enquanto estudante no Ensino Médio. No entanto, também parte de saber que, infelizmente, não foi uma experiência isolada, já que é uma realidade para diversas pessoas, sobretudo, no contexto do Brasil.

É sabido que o Brasil é um dos países mais perigosos para a população LGBTQIAPN+, de acordo com dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) (Benevides, 2023). Esse contexto é refletido no ambiente escolar, o que é de extrema preocupação, pois:

Ouvir comentários contra LGBT na instituição educacional pode contribuir para que estudantes LGBT sintam insegurança na instituição educacional, além de criar um ambiente negativo de aprendizagem. No entanto, experiências diretas de agressão podem ter consequências ainda mais

graves para a vida desses estudantes (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, 2016, p. 38).

Ainda segundo a associação, em seus estudos mais recentes, publicados este ano, pelo 16º ano consecutivo o Brasil é o país que mais assassina pessoas transvestigêneres no mundo. Diante deste cenário, a presidenta da ANTRA, Bruna Benevides, em entrevista à CNN Brasil, reafirma o papel da educação: “precisamos de ações concretas e efetivas para erradicar a transfobia, incluindo ações educacionais e políticas transversais, destinação de recursos e mecanismos de denúncia e acesso à justiça” (Bevenides, 2025).

Segundo a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016 - As experiências de adolescentes e jovens LGBT em nossos ambientes educacionais (ABGLT, 2016), realizada pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), 60,2% dos estudantes que participaram da pesquisa afirmaram se sentir inseguros na instituição educacional no último ano (2015) devido a sua orientação sexual, enquanto 42,8% apontaram sentir insegurança por conta da expressão de gênero. Além disso, 72,6% e 68,0% apontaram que já foram verbalmente agredidos por causa, respectivamente, de sua orientação sexual e de sua identidade ou expressão de gênero.

Outro fator preocupante, apontado pela mesma pesquisa, é que menos da metade destes estudantes informou para a equipe da instituição educacional alguma vez sobre tais violências, fato esse que é também apontado por outras pesquisas. De acordo com dados da Associação dos Estudantes Secundaristas do Estado do Rio de Janeiro (AERJ) em uma pesquisa realizada com estudantes do Rio de Janeiro, 67,8% dos estudantes afirmaram ter sofrido ou presenciado agressão motivada por identidade de gênero ou orientação sexual e, destes, 75,9% afirmaram não ter sentido segurança para buscar apoio na direção da escola.

O ambiente escolar, segundo Guimarães *et al.* (2022), nitidamente, recebe com incômodo performances e identidades dissidentes sexuais e de gênero, de forma que é recorrente encontrar professorias que reproduzem violências LGBTI+fóbicas, assim como aqueles que, embora queiram transformar suas práticas, reconhecem incapacidade de lidar com o tema. Dessa forma, conjecturando que a formação inicial de professorias influencia diretamente no ambiente escolar, um dos principais desafios das universidades é formar professorias que não se restrinjam a transmissão

de conhecimentos, mas, sobretudo, a de novas atitudes e práticas que valorizem a diversidade humana (Glat; Pletsch, 2010, p. 349).

No entanto, contrastando com a minha realidade, em meu histórico de desenvolvimento no curso de Licenciatura em Física, durante a minha formação inicial como professore, não estavam presentes questões relativas a gêneros e sexualidades em sala de aula. Naquele período, todas as ações referentes às temáticas de diversidade humana voltadas ao curso de Física ocorriam em outros espaços, por iniciativas do próprio corpo discente, como em eventos organizados pelo Coletivo Katherine Johnson, pelo do CAFÍS e pelo DACEL.

Uma das atividades mais marcantes no que diz respeito a questões relativas a gêneros e sexualidades durante a minha formação como professore foi a organização da 19ª Semana da Física, que ocorreu em 2019, marcando os 50 anos do curso. Compus a Comissão Organizadora ao lado de várias discentes do curso e alguns docentes. A presidência da Comissão Organizadora foi ocupada pela discente Juliana Nemezio, uma das fundadoras do Coletivo Katherine Johnson e também integrante do CAFÍS, fato que, sem dúvidas, cooperou para que, num movimento por reconhecimento, pela primeira vez, em meio século do curso, conseguíssemos construir uma programação para o evento com mais de 50% das palestrantes mulheres.

Além disso, na mesma edição do evento, o coletivo promoveu um minicurso de Introdução à Relatividade exclusivo para mulheres, o que gerou muitas repercussões, tanto positivas, com a procura altíssima pelo minicurso, que teve suas vagas esgotadas, quanto negativas, por parte de estudantes homens cisgêneros que não entendiam a necessidade daquele espaço.

Essa atuação conjunta do Coletivo Katherine Johnson com o CAFÍS e a Comissão Organizadora fez com que, nas edições seguintes do evento, esse movimento por reconhecimento continuasse e fosse ampliado, preocupando-se sempre com a presença de pesquisadoras transvestigêneras, negras, PcD e representantes da comunidade LGBTQIAPN+. Dentro das universidades as lutas por reconhecimento e redistribuição do movimento LGBTQIAPN+, assim como de outros grupos não hegemônicos, são históricas, sendo materializadas em ações de organizações estudantis, como as citadas nesse caso, constituindo-se em peças essenciais para o desenvolvimento e fortalecimento de parâmetros de denúncia e enfrentamento às violências simbólicas e concretas no ambiente acadêmico.

Além destas mobilizações da categoria discente, a Unesp, em sua história recente, tem realizado algumas ações voltadas às diversidades, que são percebidas no cotidiano acadêmico por meio, por exemplo, do oferecimento de cursos de letramento referentes às diversidades, de campanhas e de editais de bolsas dedicados a estudantes negres, indígenas, PcD e transvestigêneres, realizadas em sua maioria pelo Projeto Educando para a Diversidade ou pela Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI).

O Projeto Educando para a Diversidade existe na Unesp desde 2017. Por meio da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), da Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura (PROEC) e da Reitoria, e com apoio da Ouvidoria, a Unesp estabeleceu um convênio com o Santander, que resultou no projeto. Mais tarde, em 2021, iniciando um processo de institucionalização, foi criado o cargo de Assessor para assuntos de Diversidade, junto à vice-Reitoria e, posteriormente, em 2022, a Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI).

Sob a ótica da teoria bidimensional de Justiça Social de Nancy Fraser, entendo o início desta política institucional da Unesp voltada para as diversidades como o início também do atendimento às reivindicações por reconhecimento. Além disso, a compreendo como um potencial remédio de reconhecimento afirmativo com potencial para também se tornar um remédio redistributivo afirmativo, a depender das ações de fato realizadas a partir desta institucionalização.

Nesse cenário, enquanto pessoa não-binária e professora de Física formada pela Unesp, que, no seu processo de formação inicial participou dessa luta por reconhecimento, eu não poderia me esquivar de trabalhar com as questões relativas a gêneros e sexualidades na formação inicial de professorias de Física, sob as hipóteses - e as esperanças, de que reside na formação inicial de professorias o potencial para a transformação social em termos de Justiça Social para pessoas LGBTQIAPN+ e de que a Unesp tem iniciado esse movimento. Sendo assim, diante do exposto, a questão central desta pesquisa é: a institucionalização de políticas voltadas para as diversidades na Unesp tem chegado aos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de Licenciatura em Física no que diz respeito à comunidade LGBTQIAPN+?

Nesse sentido, de forma geral, o objetivo desta pesquisa é diagnosticar de que forma a política institucional da Unesp voltada para as diversidades se faz presente na formação inicial de professorias de Física, com ênfase nas questões de gêneros e

sexualidades, em uma perspectiva da teoria bidimensional de Nancy Fraser. Mais especificamente, pretende-se, a partir da análise documental, caracterizar a institucionalização de políticas para as diversidades na Unesp, identificando os marcos normativos, ações e programas voltados para a comunidade LGBTQIAPN+ e avaliar, com base na teoria bidimensional de Nancy Fraser (justiça cultural e justiça econômica), se as políticas de diversidade da Unesp promovem tanto a representação simbólica (reconhecimento) quanto a inclusão material (redistribuição), considerando das questões de gênero e sexualidade.

Pretendemos ainda, identificar, nos PPPs dos cursos de Licenciatura em Física, o provimento de diretrizes, conteúdos programáticos e práticas pedagógicas que abordem as diversidades de gêneros e sexualidades após a reestruturação/alteração curricular decorrente da curricularização da extensão e verificar se esta tem contribuído para a incorporação efetiva das políticas de diversidade, especialmente, no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade.

PARTE 2 - TRAÇANDO UM DIAGNÓSTICO: ENTRE DOCUMENTOS, COLETIVOS E MEMÓRIAS

2.1 Os caminhos metodológicos

O que nós conquistamos não foi porque a sociedade abriu a porta, mas porque forçamos a passagem.
Conceição Evaristo

Por ser licenciada em Física pela Unesp e, durante a graduação, ter participado de representações discentes, coletivos e do processo de reestruturação do curso sediado em Bauru, de fato, minhas memórias colaboram no desenvolvimento desta pesquisa. No entanto, este fator é um complemento para as reflexões, não sua completude.

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, o caminho metodológico escolhido para traçar um diagnóstico de como a política institucional da Unesp voltada para as diversidades se faz presente na formação inicial de professorias de Física, com ênfase nas questões de diversidades de gêneros e sexualidades, é a análise documental, sob a perspectiva da teoria bidimensional de Justiça Social de Nancy Fraser. Intencionamos, no primeiro momento, caracterizar a institucionalização destas políticas, identificando os marcos normativos, ações e programas voltados para a comunidade LGBTQIAPN+ e avaliar se estas promovem tanto a representação simbólica (reconhecimento) quanto a inclusão material (redistribuição), considerando das questões de gênero e sexualidade.

Sequencialmente, no segundo momento, pretendemos identificar o quanto essa política tem (ou não) se feito presente nos novos PPPs dos cursos de Licenciatura em Física, avaliando o provimento de diretrizes, conteúdos programáticos e práticas pedagógicas que abordem as diversidades de gêneros e sexualidades após a reestruturação/alteração curricular decorrente da curricularização da extensão, além de verificar se esta tem contribuído para a incorporação efetiva das políticas de diversidade, especialmente, no que diz respeito às questões de gêneros e sexualidades. Dessa forma, buscamos contrastar a política institucional da Unesp voltada para as diversidades com o que de fato é encontrado nos documentos curriculares para, assim, traçarmos um diagnóstico.

A análise documental é um caminho, para a abordagem qualitativa na pesquisa, cujo a principal característica é a restrição da fonte de dados a documentos que, se constituindo em uma fonte primária de dados (Marconi, Lakatos, 2003). Segundo Godoy (1995), requer atenção dos pesquisadores, a saber, na escolha dos documentos, no acesso a eles e nas análises a que são submetidos. Sendo que, “a escolha dos documentos não é um processo aleatório, mas se dá em função de alguns propósitos, ideias ou hipóteses” (Godoy, 1995, p. 23). Aqui, por documentos, entendemos de uma forma ampla:

incluindo os materiais escritos (como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), as estatísticas (que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinada sociedade) e os elementos iconográficos (como, por exemplo, sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes) (Godoy, 1995, p. 21-22).

Dessa forma, para atender o primeiro objetivo específico, a fonte primária escolhida é a base de dados Legislação Unesp¹², que contém o texto integral das Resoluções e das Portarias da universidade desde a sua criação (1976). Além dessa, também serão utilizados como fontes de dados o Portal Educando para a Diversidade¹³ e a página online da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade¹⁴. A escolha dessas como as fontes primárias de dados se dá por se constituírem em bases de dados históricos que, com documentos datados, possibilitam demarcar temporalmente o processo de institucionalização das reivindicações por políticas direcionadas à inclusão das diversidades por parte da universidade. As três páginas são de acesso gratuito e irrestrito, de forma que os documentos selecionados nessas, são públicos e de livre acesso.

Paralelamente, para atender o segundo objetivo específico e nos debruçarmos a analisar o provimento de diretrizes, conteúdos programáticos e práticas pedagógicas que abordem as diversidades de gêneros e sexualidades, especialmente após a reestruturação/alteração curricular, decorrente da demanda da curricularização da extensão, são selecionados para análise alguns documentos curriculares desses cursos. Aqui, em consonância com Taveira e Peralta (2020), entendemos por documentos curriculares aqueles de caráter normativo que se fazem centrais na

¹²<https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/>

¹³<https://educadiversidade.unesp.br/>

¹⁴[https://www2.unesp.br/portal#!caadi](https://www2.unesp.br/portal#!/caadi)

organização dos projetos formativos a ele subordinados, nos quais são materializadas as intencionalidades contidas nos currículos oficiais.

Dentre esses que podem ser tomados por documentos curriculares está o Projeto Político Pedagógico (PPP), que não é simplesmente um conjunto arquivado de planos de ensino, “ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo” (Veiga, 1998, p. 11). Ainda segundo Veiga (1998), o PPP é uma relação indissociável entre a dimensão política e a pedagógica, sendo político pelo compromisso com a formação para determinado tipo de sociedade e pedagógico por definir as ações a fim de cumprir com esta intencionalidade:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária (Veiga, 1998, p. 11-12).

Sendo assim, dentre as possibilidades de documentos curriculares, escolhemos os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de Licenciatura em Física, entendendo que nestes estão materializadas as intencionalidades dos cursos de formação, sendo indispensáveis para avaliar o impacto das políticas institucionais voltadas às diversidades na formação inicial de professorias. Por sua vez, esses ainda são de acesso gratuito e irrestrito, públicos e disponíveis no site da própria universidade¹⁵.

¹⁵<https://www2.unesp.br/>

2.1.1 Relacionando o primeiro e o segundo momento: a reestruturação/alteração curricular dos cursos de Licenciatura em Física da Unesp

O primeiro e o segundo momento desta pesquisa são relacionados por um fator: a reestruturação/alteração curricular dos cursos de Licenciatura em Física da Unesp. Esta demanda se deu pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão Superior Brasileira, em consonância com a Meta 12.7 da Lei 13.005 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) vigente de 2014 a 2024. A Meta 12.7 estabelece os créditos mínimos que devem ser destinados a atividades extensionistas:

Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (Brasil, 2014, p. 11).

Em cumprimento a essa meta, ao estabelecer as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, a Resolução CNE/CES nº 7/2018 aponta em seu artigo 6º a sua concepção e a prática, a saber:

Art. 6º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira (Brasil, 2018, p. 2).

Os documentos supracitados foram base para a Resolução Unesp nº 41, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre a curricularização da extensão nos cursos de

graduação da universidade e demanda a reestruturação ou alteração curricular, como expresso em seu artigo 3º:

A Curricularização da Extensão Universitária nos cursos de Graduação implica em reestruturação ou alteração curricular, como disposto em legislação específica, e na modificação do respectivo Projeto Político-Pedagógico” (Unesp, 2021, p. 2).

Dessa forma, este processo de reestruturação/alteração é oportuno para que as políticas institucionais voltadas para as diversidades adentrem os documentos curriculares dos cursos. Tanto por se constituir em um momento de reflexão e alteração dos documentos curriculares, cabendo a inserção das políticas voltadas às diversidades em sua intencionalidade, como também pelas possibilidades e obrigatoriedades referentes à extensão universitária, tendo em vistas o artigo 6º da Resolução CNE/CES nº 7/2018, especialmente nos incisos I e III, pontuam a formação dos estudantes como cidadãos críticos e responsáveis e a promoção de iniciativas que expressem um compromisso social com os direitos humanos como estruturantes da Extensão Universitária. Resta saber se, de fato, a institucionalização de políticas voltadas para as diversidades da Unesp chegou aos novos PPPs dos cursos de Licenciatura em Física com o processo de reestruturação/alteração curricular dos cursos.

2.2 O primeiro momento: caracterizando o histórico da política institucional de reconhecimento às diversidades da Unesp

A exigência de reconhecimento, conforme esse entendimento, não é uma mera cortesia ou respeito que devemos a outre, mas uma necessidade humana vital.¹⁶

Sabrina Moehlecke

Intencionando diagnosticar de que forma a política institucional da Unesp voltada para as diversidades se faz presente na formação inicial de professorias de Física, com ênfase nas questões de gêneros e sexualidades, inicialmente, pretendemos caracterizar a institucionalização de políticas para as diversidades na Unesp em sua história recente, identificando os marcos normativos, ações e

¹⁶Adaptado para a linguagem neutra.

programas voltados para a comunidade LGBTQIAPN+, além de, com base na teoria bidimensional de Nancy Fraser, avaliar se estas políticas promovem tanto a representação simbólica (reconhecimento) quanto a inclusão material (redistribuição). Para tanto, foi feita uma seleção de documentos na base de dados Legislação Unesp.

Este sistema permite que a pesquisa seja caracterizada nas seguintes opções: texto atualizado ou texto original; resoluções, portarias ou ambas; ordenação por pontuação ou por ano e, por fim, o campo para inserir o descritor a ser pesquisado. Sendo assim, para a busca realizada, a opção foi pelo texto original, tanto de resoluções como de portarias, ordenados por ano e utilizando como descritor a palavra “diversidades” no buscador. Desse modo, a pesquisa retornou 1432 resultados.

No entanto, com uma breve leitura da página de resultados obtidos, percebemos a necessidade de duas filtragens para refinar a busca inicial antes de selecionar os documentos a serem analisados. A primeira é referente ao intervalo temporal da pesquisa e a segunda, por sua vez, aos resultados obtidos por apresentarem palavras semelhantes à utilizada como descritor. Quanto ao intervalo temporal, diante da proposta de caracterizar a história recente da institucionalização de políticas para as diversidades na Unesp, tomamos como recente a última década. Portanto, delimitando o intervalo temporal de 2015 a 2024. Quanto à segunda filtragem, essa se faz necessária pelo fato de muitos dos resultados apresentados, na pesquisa inicial, utilizarem palavras semelhantes a “diversidades”, como “diversos” ou “biodiversidade”, que não são as objetivadas.

Como essa base de dados não apresenta a possibilidade de incluir filtros mais específicos que atenderiam à pesquisa, a seleção é feita manualmente, inicialmente, por meio de leitura das datas dos documentos e, sequencialmente, das palavras apontadas como as encontradas por coincidirem com o descritor. Assim, a quantidade de resultados reduz drasticamente, como expresso na Tabela 1.

Tabela 1 - Resoluções e Portarias que contém o termo “diversidade” ou “diversidades” em seu texto na década 2015-2024

Ano	Quantidade de documentos
2024	8
2023	16
2022	10
2021	4
2020	2
2019	1
2018	1
2017	6
Ano	Quantidade de documentos
2016	5
2015	0
Total	53

Fonte: Autore.

Como consta na Tabela 1, com os dois filtros para selecionar os documentos, a quantidade de resultados encontrados reduz para 53. Assim, partimos para a leitura desses documentos para avaliar o contexto no qual aparecem o descritor “diversidades” e seu singular “diversidade”.

A leitura inicial dos documentos referentes à Tabela 1, evidencia que o descritor “diversidade(s)” é empregado em contextos diferentes do pretendido, como em “diversidade biológica” ou “diversidade de saberes”, sendo necessária mais uma filtragem. Desta forma, a leitura inicial gera algumas exclusões, reduzindo a quantidade de documentos para 25. A Tabela 2 apresenta a distribuição desses de acordo com o ano de publicação.

Tabela 2 - Distribuição dos documentos encontrados por ano de publicação

Ano	Quantidade de documentos
2024	5
2023	6
2022	9
2021	0
2020	1
2019	0
2018	0
2017	2
2016	2
2015	0
Total	25

Fonte: Autore.

Esses 25 documentos constituem a nossa base inicial de dados para a caracterização da história recente de institucionalização de políticas para as diversidades na Unesp. São 11 Resoluções e 14 Portarias, elencadas no Quadro 4, em ordem cronológica, constando o título de cada um dos documentos, o seu objetivo e, em caso de alteração ou revogação, por qual documento isto se dá, sendo que o caractere “-” indica que não há alteração/revogação do documento até o presente momento.

Quadro 4 - Base inicial de dados para a reconstrução da institucionalização de políticas para as diversidades na Unesp em sua história recente

N	Título do documento	Objetivo	Alteração/ Revogação
1	RESOLUÇÃO UNESP Nº 82, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016	Dispõe sobre criação, objetivos e diretrizes de Centros Locais de Línguas no âmbito do Subprograma de Extensão Universitária Integrador dos Centros de Línguas da UNESP do Programa de Atividades Artísticas e Culturais vinculado à Pró-Reitoria de Extensão Universitária da UNESP	Revogada pela Resolução 12/2018
2	RESOLUÇÃO UNESP Nº 83, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016	Institui a Política de Idiomas da Unesp	Revogada pela Resolução 76/2024
3	RESOLUÇÃO UNESP Nº 18, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017	Estabelece a estrutura curricular do Curso de Pedagogia do Instituto de Biociências do câmpus de Rio Claro.	Alterada pela Resolução 82/2019 Alterada pela Resolução 129/2023
4	RESOLUÇÃO UNESP Nº 62, DE 02 DE AGOSTO DE 2017	Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP e dá outras providências.	Revogada pela Resolução 65/2023
5	RESOLUÇÃO UNESP Nº 27, DE 15 DE JUNHO DE 2020	Estabelece a estrutura curricular do Curso de Ciências Biológicas Bacharelado e Licenciatura da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias do câmpus de Jaboticabal.	Alterada pela Resolução 08/2024
6	RESOLUÇÃO UNESP Nº 07, DE 26 DE JANEIRO DE 2022	Cria a Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade CAADI.	Alterada pela Resolução 22/2022
7	PORTARIA UNESP Nº 11, DE 26 DE JANEIRO DE 2022	Altera a Portaria Unesp 217, de 25-6-2019, que “Regulamenta as atribuições das unidades administrativas que integram a estrutura da Reitoria da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.	-
8	PORTARIA UNESP Nº 57, DE 31 DE MAIO DE 2022	Altera a Portaria que dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Unesp, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD	-
9	PORTARIA UNESP Nº 58, DE 01 DE JUNHO DE 2022.	Dispõe sobre a composição do Comitê de Governança e Proteção de Dados Pessoais.	-
10	RESOLUÇÃO UNESP Nº 22, DE 08 DE JULHO DE 2022	Altera a Resolução Unesp 7-2022, que criou a Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade - CAADI.	-

N	Título do documento	Objetivo	Alteração/ Revogação
11	PORTARIA UNESP Nº 68, DE 26 DE JULHO DE 2022.	Institui a Política Educativa de Enfrentamento ao assédio moral, assédio sexual, importunação sexual, formas de discriminações e preconceitos em relação à origem, cor, gênero, orientação sexual, religião ou crença, nível sócio econômico, condição corporal física ou psíquica no âmbito da UNESP	-
12	PORTARIA UNESP Nº 110, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022	Institui Comissão de Prevenção à Violência, comissão assessora da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI).	-
13	PORTARIA UNESP Nº 111, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022	Institui Comissão de Diversidade Sexual e Gênero, comissão assessora da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI).	-
14	PORTARIA UNESP Nº 112, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022.	Institui Comissão de Diversidade Étnico-racial, comissão assessora da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI).	-
15	PORTARIA UNESP Nº 03, DE 04 DE JANEIRO DE 2023	Dispõe sobre a criação dos Programas Institucionais de Extensão Universitária e Cultura vinculados à Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura da Unesp e as diretrizes para seu funcionamento.	Revogada pela Portaria 86/2024
16	PORTARIA UNESP Nº 60, DE 05 DE JUNHO DE 2023.	Dispõe sobre a criação, atribuições e finalidades das Comissões Locais de Direitos Humanos.	-
17	RESOLUÇÃO UNESP Nº 65, DE 06 DE JULHO DE 2023.	Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis, transexuais e transgêneros.	-
18	PORTARIA UNESP Nº 78, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.	Dispõe sobre a composição da Comissão Central de Averiguação e da Comissão de Avaliação Recursal, objetos dos artigos 2º e 7º da Resolução Unesp 18, de 26-1-2023, e dá outras providências.	Alterada pela Portaria 90/2024
19	RESOLUÇÃO UNESP Nº 86, DE 25 DE AGOSTO DE 2023.	Regulamenta e baixa parâmetros para a efetivação da política afirmativa para pessoas pretas, pardas e indígenas, em concursos públicos e processos seletivos de contratação de servidores técnico-administrativos na UNESP.	-
20	PORTARIA UNESP Nº 109, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023	Dispõe sobre a composição, atribuições e competências do Comitê Central de Ação Cultural - CAC Central e dos Comitês Locais de Ação Cultural CACs Locais	-

N	Título do documento	Objetivo	Alteração/ Revogação
21	PORTARIA UNESP Nº 06, DE 23 DE JANEIRO DE 2024	Dispõe sobre a composição do Comitê Central de Ação Cultural - CAC Central, conforme Artigo 3º da Portaria UNESP 109 de 7-11-2023	-
22	RESOLUÇÃO UNESP Nº 08, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024	Altera a Resolução Unesp 27-2020, que estabelece a estrutura curricular do Curso de Ciências Biológicas – Bacharelado e Licenciatura da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias do Câmpus de Jaboticabal.	-
23	PORTARIA UNESP Nº 34, DE 18 DE MARÇO DE 2024	Institui e trata da composição da Comissão Permanente da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade	-
24	PORTARIA UNESP Nº 86, DE 27 DE AGOSTO DE 2024.	Dispõe sobre a criação dos Programas Institucionais de Extensão Universitária e Cultura vinculados à Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura da Unesp e as diretrizes para seu funcionamento.	-
25	RESOLUÇÃO UNESP Nº 76, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024	Dispõe sobre a Política de Idiomas da Unesp	-

Fonte: Autore.

Após a leitura prévia para seleção e organização dos documentos, outra organização é possível para estes, além da cronológica, que consta do quadro acima, já que é possível identificar as temáticas centrais destes. Estes 25 documentos podem ser divididos em 7 temáticas: política de idiomas, estrutura curricular de cursos de graduação, nome social, Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI), política educativa, extensão e concursos públicos.

Esta divisão consta no Quadro 5, no qual o N utilizado é referente ao utilizado no Quadro 4, de forma a ser possível observar a proximidade ou o distanciamento da publicação de documentos de uma mesma temática a partir deste marcador.

Tendo elaborado essa divisão por temáticas centrais dos documentos, que consta no Quadro 5, partimos agora para uma leitura minuciosa destes, adentrando em cada uma das temáticas centrais, para, sob a ótica da teoria bidimensional de Justiça Social de Nancy Fraser, centrar atenção no que de fato propõem tais documentos dentro dessas temáticas ao abordarem diversidades, analisando se esses usos se aproximam de remédios referentes a representação simbólica (reconhecimento) e a inclusão material (redistribuição).

Quadro 5 - Divisão dos documentos por temáticas centrais

Temática	N	Documento
Política de Idiomas	1	RESOLUÇÃO UNESP Nº 82, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016
	2	RESOLUÇÃO UNESP Nº 83, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016
	25	RESOLUÇÃO UNESP Nº 76, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024
Estrutura curricular de cursos de graduação	3	RESOLUÇÃO UNESP Nº 18, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017
	5	RESOLUÇÃO UNESP Nº 27, DE 15 DE JUNHO DE 2020
	22	RESOLUÇÃO UNESP Nº 08, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024
Nome Social	4	RESOLUÇÃO UNESP Nº 62, DE 02 DE AGOSTO DE 2017
	17	RESOLUÇÃO UNESP Nº 65, DE 06 DE JULHO DE 2023
Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI)	6	RESOLUÇÃO UNESP Nº 07, DE 26 DE JANEIRO DE 2022
	7	PORTARIA UNESP Nº 11, DE 26 DE JANEIRO DE 2022
	8	PORTARIA UNESP Nº 57, DE 31 DE MAIO DE 2022
	9	PORTARIA UNESP Nº 58, DE 01 DE JUNHO DE 2022
	10	RESOLUÇÃO UNESP Nº 22, DE 08 DE JULHO DE 2022
	12	PORTARIA UNESP Nº 110, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022
	13	PORTARIA UNESP Nº 111, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022
	14	PORTARIA UNESP Nº 112, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022.
	16	PORTARIA UNESP Nº 60, DE 05 DE JUNHO DE 2023.
	18	PORTARIA UNESP Nº 78, DE 23 DE AGOSTO DE 2023.
	20	PORTARIA UNESP Nº 109, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

	21	PORTARIA UNESP Nº 06, DE 23 DE JANEIRO DE 2024
	23	PORTARIA UNESP Nº 34, DE 18 DE MARÇO DE 2024
Política Educativa	11	PORTARIA UNESP Nº 68, DE 26 DE JULHO DE 2022
Extensão	15	PORTARIA UNESP Nº 03, DE 04 DE JANEIRO DE 2023
	24	PORTARIA UNESP Nº 86, DE 27 DE AGOSTO DE 2024
Concursos Públicos	19	RESOLUÇÃO UNESP Nº 86, DE 25 DE AGOSTO DE 2023

Fonte: Autore.

Optamos por seguir esta divisão e não a ordem cronológica devido a distância entre documentos que abordam o mesmo tema e ao fato de alguns mais antigos serem alterados por outros mais recentes, o que fragmentaria as análises de um mesmo tópico, podendo dificultar a sua compreensão.

2.2.1 Política de Idiomas

Em 2015, o ano que inicia a última década, como apresentado na Tabela 2, não há nenhum documento encontrado na legislação da Unesp que componha a política institucional de reconhecimento às diversidades. Partindo para o próximo ano, 2016, constam duas resoluções que datam de 24 de outubro, ambas abordando a temática central da política de idiomas da universidade.

A primeira, Nº 82, trata sobre a criação de Centros Locais de Línguas, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão Universitária, enquanto a segunda, Nº 83, institui, de fato, a política de idiomas da universidade. A Resolução Nº 82, ao tratar dos objetivos referentes a criação de Centros Locais de Línguas pontua o “respeito às diferenças sociais, raciais, religiosas, culturais, de gênero e de orientação sexual, por meio do aprendizado das línguas estrangeiras, que facilitarão o contato com as diversidades dos povos” (Unesp, 2016a, p. 1), enquanto a Resolução Nº 83, em seu segundo capítulo, destinado a pontuar as diretrizes, objetivos e valores da Política de Idiomas da Unesp, em seu Artigo 2º pontua que esta atenda a seus pressupostos “valorizando as relações interculturais e a inclusão social, tomando como referência a formação integral, o respeito à diversidade e à solidariedade” (Unesp, 2016b, p. 1). Além disso,

em seu Artigo 5º, ao tratar dos valores da Política de Idiomas, pontua em seu quarto inciso o “respeito à diversidade de saberes, culturas, crenças, gêneros e outras diferenças” (Unesp, 2016b, p. 2).

Após oito anos, em 25 de novembro de 2024, a Política de Idiomas da Unesp é retomada com a Resolução Unesp Nº 76. No entanto, no que se refere às diversidades, o respeito enquanto um dos valores da política segue como a única menção, não há nenhuma inclusão ou alteração nesse sentido ao se comparar com o documento anterior.

Embora essas resoluções pontuem o respeito às diversidades como um de seus valores, não são pontuadas medidas práticas para tanto, o que nos remete ao pensamento de Silva *et al.* (2021), que problematiza o fato de na educação circularem alguns discursos inclusivos e “tolerantes”, mas que são esvaziados de sentido, visto que atravessam a educação sem produzir mudanças que sejam, de fato, significativas. Segundo Larrosa e Skliar (2011), palavras como respeito, inclusão, entre algumas outras, nos soam como falsas quando presentes em discursos dominantes no campo político, educativo, cultural, ético, estético ou empresarial.

Dessa forma, apenas menção sobre respeito às diversidades carece de ênfase no compromisso com o combate às injustiças e desigualdades, distanciando-se do conceito de remédio de reconhecimento ou redistributivo.

As duas resoluções de 2016 (Nº 82 e Nº 83), embora mencionem o "respeito às diferenças sociais, raciais, religiosas, culturais, de gênero e de orientação sexual" (Resolução Nº 82) e a "valorização das relações interculturais e a inclusão social" (Resolução Nº 83), são menções genéricas e não estão vinculadas a ações concretas ou políticas específicas para a diversidade.

Essa abordagem superficial configura um **déficit de remédio de reconhecimento**, pois as resoluções não propõem medidas efetivas para garantir a representação simbólica e a valorização das identidades LGBTQIAPN+ e de outras coletividades que sofrem com desigualdades e injustiças.

Além disso, podemos aceitar que se trata de um **falso reconhecimento**, pois é criada uma ilusão de inclusão sem promover mudanças reais. As resoluções mencionam o respeito à diversidade e à inclusão, mas essas referências estão inseridas em um contexto amplo (política de idiomas) e não são acompanhadas de diretrizes ou práticas específicas para promover a justiça cultural. Esse descompasso

é característico do **falso reconhecimento**, em que a retórica de inclusão mascara a falta de mudanças estruturais.

2.2.2 Estrutura curricular de cursos de graduação

No que diz respeito à estrutura curricular de cursos de graduação, são encontrados três documentos neste intervalo temporal: a Resolução Unesp Nº 18, de 23 de fevereiro de 2017, Resolução Unesp Nº 27, de 15 de junho de 2020, e a Resolução Unesp Nº 08, de 27 de fevereiro de 2024.

O primeiro estabelece a estrutura curricular do curso de Pedagogia do Instituto de Biociências do campus de Rio Claro. Realizando a leitura desse, encontramos a disciplina intitulada “Educação, sexualidade, diversidade e relações de gênero na escola” como uma das possibilidades de disciplinas de aprofundamento do 5º semestre.

Por sua vez, o segundo trata do currículo do curso de Ciências Biológicas Bacharelado e Licenciatura da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) do campus de Jaboticabal. Nesse é definida a disciplina “Diversidade Sexual e Cotidiano Escolar” como obrigatória para a modalidade de Licenciatura. Já o terceiro, por fim, altera a Resolução Unesp Nº 27, de 15 de junho de 2020, mas, no que diz respeito às diversidades, não há alterações, sendo mantida como obrigatória a disciplina supracitada.

A Resolução Unesp Nº 18, de 23 de fevereiro de 2017, representa um avanço no **reconhecimento** das questões de gênero e sexualidade, pois busca valorizar e problematizar essas temáticas no contexto educacional. No entanto, o fato de ser uma disciplina optativa (e não obrigatória) pode limitar seu alcance e impacto, configurando um **reconhecimento parcial**. Isso pode ser visto como um **déficit de remédio de reconhecimento**, já que a universidade não garante que todos os estudantes tenham acesso a essa formação.

Já a Resolução Unesp Nº 27, de 15 de junho de 2020, ao trazer a obrigatoriedade da disciplina representa um avanço significativo em termos de **reconhecimento**, pois garante que todos os futuros professores, discentes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da FCAV, tenham formação sobre diversidades sexual e de gêneros. Isso contribui para a justiça cultural, promovendo a

valorização das identidades LGBTQIAPN+ e a inclusão dessas discussões no ambiente escolar. Logicamente, há sempre o risco de se tornar um **falso reconhecimento**, caso a temática na oferta da disciplina seja tratada de forma superficial. Todavia, o fato da Resolução Unesp Nº 08, de 27 de fevereiro de 2024, manter a disciplina “Diversidade Sexual e Cotidiano Escolar” como obrigatória indica uma continuidade no compromisso com o **reconhecimento** das questões de diversidades de gêneros e sexualidades.

Para além das disciplinas mencionadas, não há menção a mudanças estruturais mais amplas, como a revisão de outros componentes curriculares ou a criação de espaços seguros e inclusivos para estudantes e docentes LGBTQIAPN+. Mas, de toda forma, essas resoluções são marcos importantes no avanço de possibilidades para uma formação inicial de professorias voltadas às diversidades, principalmente no que diz respeito às de gêneros e sexualidades, pois reconhecem a necessidade dessas ao garantirem presença na formação inicial das futuras professorias a partir das disciplinas propostas.

2.2.3 Nome Social

Certamente, um grande marco para a comunidade transvestigênera e na política institucional de reconhecimento às diversidades da Unesp se dá pela Resolução Unesp Nº 62, de 02 de agosto de 2017. Este documento assegura o uso do nome social na instituição para todas as pessoas envolvidas com a universidade, como consta em seu Artigo 1º “fica assegurada a inclusão, quando requerida por docentes, servidores e discentes, do nome social de travestis e transexuais, para fins de adequação de gênero, nos registros funcionais e acadêmicos da UNESP” (Unesp, 2017, p. 1). Ela **demarca espaço** e **garante um direito** em uma política institucional mais inclusiva.

De acordo com Cerqueira *et al.* (2020), o uso do nome social vai além de uma garantia de direitos, é uma forma de validar o que pessoas transvestigêneras trazem sobre si mesmas, sobre sua apresentação no mundo. Dessa forma, esta é uma revalorização de identidades desrespeitadas, ou seja, um remédio afirmativo no modelo de justiça do reconhecimento.

Embora existam algumas problemáticas relacionadas a essa resolução, como, por exemplo, a não inclusão de pessoas transgêneras e não-binárias ao se abordar a quem se destina esta normativa, além de não abordar a alteração dos pronomes de tratamento, esta resolução é um grande marco de reconhecimento para a comunidade transvestigênera unespiana, ao demarcar espaço e garantir um direito. Isso representa um avanço significativo em termos de **reconhecimento**, pois valoriza e respeita as identidades de gênero dessas pessoas, promovendo sua visibilidade e inclusão simbólica no ambiente universitário.

Esse reconhecimento é crucial para a justiça social, pois combate a invisibilidade e o estigma enfrentados pela comunidade transvestigênera, contribuindo para a construção de uma universidade mais inclusiva e diversa. Entretanto, ao não incluir pessoas transgêneras e não-binárias, limitando seu alcance a travestis e transexuais, configura um **déficit de remédio de reconhecimento**, pois deixa de atender às demandas de outros grupos que também enfrentam discriminação e invisibilidade baseadas em gêneros.

Além disso, a resolução não aborda a alteração dos pronomes de tratamento, o que representa outra **lacuna no reconhecimento** das identidades de gênero. A falta de menção aos pronomes pode perpetuar a inadequação no tratamento cotidiano, gerando situações de desrespeito e exclusão. Nesse sentido, é possível pensar que esse reconhecimento pode ser **parcial ou insuficiente**, já que não atende a todas as demandas da comunidade LGBTQIAPN+ e não promove mudanças estruturais mais amplas como, por exemplo, a necessidade de formação docente e discente sobre questões de gêneros e sexualidades, a criação de espaços seguros ou a revisão de políticas institucionais para promover também a inclusão material das diversidades.

Essas lacunas indicam que o efeito da resolução, como remédio, pode ser **superficial**, sem impactar as práticas cotidianas ou as estruturas institucionais. Além disso, há o risco de **falso reconhecimento**, caso a resolução seja tratada como uma medida simbólica, sem promover mudanças reais e estruturais na universidade.

Posteriormente, esta resolução foi alterada pela Resolução Unesp Nº 65, de 06 de julho de 2023. Esta, por sua vez, inclui em seu público pessoas transgêneras e não-binárias, além de transexuais e travestis. Outra adequação é a inclusão da opção “não-binário” para autodeclaração de gênero e da possibilidade de informar o pronome que deve ser utilizado para tratamentos cotidianos. Essas mudanças representam um

avanço significativo em termos de **reconhecimento**, pois ampliam a valorização simbólica e cultural de identidades que antes eram excluídas.

A inclusão da opção “não-binário” para autodeclaração de gênero e a possibilidade de informar o pronome de tratamento são medidas que promovem a justiça cultural, garantindo que as identidades de gênero sejam respeitadas e visibilizadas no ambiente universitário. Sendo assim, a Resolução Nº 65 supera alguns dos **déficits de reconhecimento** presentes na Resolução Nº 62, como a exclusão de pessoas transgêneras e não-binárias e a falta de menção aos pronomes de tratamento.

Essas mudanças demonstram um compromisso maior com a inclusão e o respeito às diversidades de gênero. No entanto, é necessário verificar se essas mudanças são acompanhadas de práticas institucionais que garantam a efetividade do reconhecimento, como a formação de servidores e docentes sobre o uso correto de pronomes e a criação de espaços seguros para pessoas não-binárias; ou ainda medidas que garantam a **inclusão material** (redistribuição), como a revisão de políticas institucionais, a alocação de recursos para a promoção da diversidade ou a criação de programas de apoio específicos para pessoas transvestigêneras.

2.2.4 Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI)

Como consta do Quadro 6 e na Tabela 2, documentos relacionados à Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI), majoritariamente datados de 2022, são os de maior quantidade no intervalo temporal selecionado. No entanto, antes da criação da CAADI, o maior marco na institucionalização da política de reconhecimento às diversidades da Unesp, é necessário que voltemos alguns anos, para compreender o surgimento da mesma.

Anterior à CAADI, um marco de extrema relevância na história recente da Unesp é o Projeto Educando para a Diversidade, que tanto cresceu que culminou na criação da CAADI e hoje a compõem. Não há portarias ou resoluções que tratam deste projeto, de forma que a fonte de dados primários para este é seu próprio portal.

O Projeto Educando para a Diversidade nasceu em 2017 através de uma proposta elaborada por docentes da Unesp que conseguiram financiamento do Banco Santander para a sua execução. Segundo consta no próprio site do projeto, o objetivo

do projeto é transformar o ambiente estudantil em um espaço seguro para todes, a partir do desenvolvimento de ações, elaboração de debates e difusão de informações no que diz respeito às diversidades étnico-raciais, culturais, religiosas, etárias, das expressões de gêneros, das sexualidades e das deficiências. Em seus quatro primeiros anos (2017 - 2021), o projeto foi coordenado pelo professor Leonardo Lemos de Souza (Departamento de Psicologia Social da Faculdade de Ciências e Letras - campus de Assis) e pelo professor Juarez Tadeu de Paula Xavier (Departamento de Jornalismo da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design - campus de Bauru).

Seu portal apresenta as atividades que foram desenvolvidas desde sua criação. Dentre elas consta um mapeamento de iniciativas e coletivos da Unesp, com o intuito de as divulgar e conectar com estudantes que tenham interesse. O mapeamento é dividido nas seguintes linhas de atuação: Gênero e Sexualidade, Empoderamento Feminino/Feminismo, Movimento Negro/Racismo/Feminismo Negro, Educação/Inclusão/Escola Pública e Acessibilidade/Deficiência/Educação Inclusiva, além de projetos mistos. Os nomes destas iniciativas e seus respectivos campus constam no Quadro 6, a seguir.

Quadro 6 - Iniciativas mapeadas pelo projeto Educando para a Diversidade

N	Linha	Nome	Câmpus
1	Gênero e Sexualidade	Coletiva Be	Araraquara
2		Coletivo Artístico Queer	São Paulo
3		Coletivo Calisto - Sexualidades Livres	Rio Claro
4		Coletivo Interações	Botucatu
5		Grupo de Estudos e Pesquisa em Sexualidade, Educação e Cultura (GPESEC)	Bauru
6		Núcleo de Apoio e Discussão de Gênero e Sexualidade -(Nugens)	Ilha Solteira
7		Sexualidade, Educação e Juventude (SEJu)	Jaboticabal

8	Empoderamento Feminino / Feminismo	Coletivo Feminista AYA	Bauru
9		Coletivo Feminista Bertha Lutz	Jaboticabal
10		Coletivo Feminista Lobas	Guaratinguetá
11		Projeto Cuidando da Saúde da Mulher	Botucatu
12		Minas do IA O grupo tenta se e	São Paulo
13	Movimento Negro / Racismo / Feminismo Negro	Coletivo AFROnta Botucatu	Botucatu
14		Coletivo Afrontar	Franca
15		Coletivo Dandara	Rio Claro
16		Coletivo Negro Dandara	Assis
17		Coletivo negro Kabengele Munanga	São José do Rio Preto
18		Coletivo Negro Kimpa	Bauru
19		Núcleo Negro de Extensão Universitária (NUPE)	Unesp
20		Núcleo Afro-Brasileiro e Indígena de Ilha Solteira (NABISA)	Ilha Solteira
21		NUPE/Observatório Negro	Presidente Prudente
22	Educação / Inclusão / Escola Pública	Brincando e Dialogando	Bauru
23		Cursinho Ferradura	Bauru
24		Comunica Educação	Bauru
25		Projeto Te Vejo na Escola	Bauru

26	Acessibilidade / Deficiência / Educação Inclusiva	Artinclusiva	São Paulo
27		Biblioteca Falada	Bauru
28		Dançando no Escuro	Bauru
29		Ensino de ciências e Inclusão escolar (ENCINE)	Bauru e Ilha Solteira
30		Grupo de Estudos e Pesquisa em Deficiência e Inclusão (GEPDI)	Bauru
31		Jornal Fatos da Rua	Bauru
32		Laboratório de Atividade Motora Adaptada, Psicologia Aplicada e Pedagogia do Esporte (LAMAPPE)	Bauru
33		Mídia Acessível e Tradução Audiovisual (MATAV)	Bauru
34		Núcleo de Estudo e Observação em Economia Criativa (NeoCriativa)	Bauru
35		Projeto Bio.Tátil	São Vicente
36	Misto	Coletiva-Mente	Botucatu
37		Coletivo ELO	São José dos Campos
38		Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social (GEDGS)	Tupã
39		Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp/Burau (INCOP)	Bauru
40		Morar Nova Canaã	Bauru

41		Projeto MOVAE	Botucatu
42		Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)	Presidente Prudente

Fonte: Autore.

A partir do Quadro 6, no qual constam quarenta e duas iniciativas voltadas às diversidades, é possível evidenciar o contexto pontuado anteriormente, na seção 1.4. O ambiente universitário é nutrido de ações de organizações estudantis que desejam uma transformação da universidade e lutam pelo reconhecimento de suas identidades, demandando ações para o enfrentamento às violências simbólicas e concretas no ambiente acadêmico:

A existência dos coletivos tem a ver com uma certa política do desejo da comunidade estudantil em buscar alternativas e romper com as violências e exclusão. Na busca de compartilhar o desejo de uma “universidade inclusiva e democrática” (Educando para a Diversidade).

A citação acima é retirada de uma matéria realizada pelo próprio Educando para a Diversidade a respeito dos coletivos estudantis na universidade. Além desta, o portal do projeto conta com mais dezessete matérias educativas, em consonância com sua meta de produzir e disseminar informações, além de fomentar debates.

Ainda relacionada a essa meta, outra atuação do projeto, como consta em seu portal, foi a produção de cinco guias informativos: Guia sobre Transtorno do Espectro Autista, Guia de reconhecimento sobre branquitude, Guia de Reconhecimento, Orientação e Enfrentamento aos Racismos, Guia de Prevenção e Reconhecimento do Assédio: sexista, sexual e por orientação sexual, identidade ou expressão de gênero e Guia para Práticas Anticapacitistas na Universidade. Outro fruto do projeto é o livro “Diversidades na Universidade: pesquisas, práticas e diálogos”, que foi organizado pela Profa. Dra. Fernanda Henriques e pelos até então coordenadores do projeto, Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza e Prof. Dr. Juarez de Paula Xavier, que consiste em uma coletânea de diversos trabalhos sobre temáticas da diversidade produzidos pela própria comunidade unespiana envolvida com o processo de protagonizar o espaço da universidade e enfrentar desigualdades.

O projeto teve ainda outras ações que cooperaram para debates e a formação política do corpo universitário e da sociedade, como o projeto audiovisual do Educando para a Diversidade, realizado pela TV Unesp, que ainda conta com a disponibilidade de suas gravações na página do YouTube da TV Unesp. Outras ações são organização do “Seminário de Debates: Universidade e Diversidades”, que ocorreu em 2020 com o intuito de construir um espaço de debate e compartilhamento no que diz respeito ao enfrentamento de violências e desigualdades no ambiente universitário, abordando em seus quatro encontros, temas como racismo, assédio, políticas afirmativas, acessibilidade, inclusão e a comunidade LGBTQIAPN+ na universidade. Outro evento, que ocorreu em 2021, foi o “Fórum Permanente sobre Diversidade, Equidade e Direitos Humanos na Universidade”, que foi organizado como uma das atividades que visavam a construção de políticas de inclusão e ações afirmativas com os marcadores sociais de gêneros, classe social, raça/etnias, sexualidades e pessoas com deficiências.

Estas são algumas das muitas atividades que foram desenvolvidas a partir do Educando para a Diversidade em seus quatro primeiros anos de existência, que possibilitaram uma grande visibilidade das diversidades nas universidades e das mobilizações para o seu reconhecimento, centralizando e politizando o debate a nível institucional. O projeto tanto cresceu que se tornou inegável a necessidade de um posicionamento da universidade no que tange o respeito às diversidades e o combate à violências oriundas de preconceitos no ambiente universitário.

Sendo assim, em março de 2021, caminhando para um processo de institucionalização, a vice-reitoria da Unesp constituiu a Assessoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade, cargo este que foi ocupado pelo até então coordenador do Educando para a Diversidade, professor Leonardo Lemos de Souza. Ainda em 2021, na última reunião do Conselho Universitário da Unesp, datada de 16 de dezembro, foi deliberada a criação da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI).

Finalmente, em 26 de janeiro de 2022, ocorre o maior marco da institucionalização de políticas para as diversidades na Unesp, marcando o reconhecimento por parte da Unesp as demandas, majoritariamente, por parte de estudantes, mas também por parte de docentes e técnicos-administrativos, que foram ecoadas pelo Projeto Educando para a Diversidade.

Segundo a resolução:

Artigo 2º - Compete à Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI) elaborar, planejar, mapear, identificar, diagnosticar, acompanhar e avaliar políticas, culturas e práticas que tenham por objetivo a efetivação de políticas e ações afirmativas voltadas à promoção de direitos humanos, da equidade de gêneros, inclusão e do respeito às diversidades, bem como para o enfrentamento e a prevenção de todas as formas de violência na Universidade Estadual Paulista, por meio de ações articuladas com as pró reitorias e assessorias, ouvidoria, coordenadorias e comissões institucionais (Unesp, 2022, p. 1).

Tendo posto as competências, o artigo subsequente pontua os objetivos da nova coordenadoria, que, segundo o Artigo 3º, são:

- I - coordenar e articular ações coletivas, colaborativas e participativas para o enfrentamento e a redução das diferentes formas de violência e discriminação no interior da Universidade;
- II - incentivar o debate permanente sobre as diversidades e as desigualdades, em perspectivas interseccionais, em diálogo com a sociedade, no interior da comunidade acadêmica;
- III - promover ações educativas voltadas à disseminação de uma cultura dos direitos humanos;
- IV - estabelecer e mediar relações institucionais com organismos nacionais e internacionais de elaboração de políticas públicas, de áreas do legislativo e de produção e processamento de dados sobre as desigualdades e as diversidades na Universidade;
- V - coordenar a produção de um banco de dados permanente sobre a realidade da UNESP quanto às condições de acessibilidade, de inclusão, equidade de gênero, relações étnico-raciais, de permanência e de violação de direitos humanos decorrentes de relações de desigualdades e discriminações ocorridas na Universidade;
- VI - produzir referências e indicadores para a efetivação de políticas e ações afirmativas voltadas à promoção dos direitos humanos, equidade e respeito às diversidades nos diferentes níveis de formação (graduação, pós-graduação e extensão) e no cotidiano do trabalho administrativo e acadêmico da Universidade;
- VII - coordenar, incentivar e acompanhar grupos, núcleos e projetos na elaboração e construção de materiais didático-pedagógicos, normativas, informativos, protocolos, manuais dirigidos às ações educativas de enfrentamento às desigualdades, discriminações e violências na Unesp;
- VIII - produzir referências para a construção e efetivação de práticas formativas da comunidade de discentes e de servidores (docentes e técnico-administrativos) visando relações inclusivas e de respeito às diversidades pautadas pelos direitos humanos (Unesp, 2022a, p. 1).

Após a institucionalização com a criação da CAADI, há um grande aumento na quantidade de resoluções e portarias publicadas, como podemos perceber pela Tabela 2, na qual consta que o ano com a maior quantidade de documentos encontrados é 2022, seguido por 2023 e 2024. Isto ocorre porque, tendo sido criada, a mesma foi incorporada na estrutura da universidade, sendo incorporada em

comissões já existentes, além instituídas também comissões assessoras para a coordenadoria.

A Portaria Unesp Nº 11 de 26 de janeiro de 2022 exemplifica bem este movimento. Este documento altera a Portaria Unesp Nº 217, de 25 de junho de 2019 e, com isso, adiciona a CAADI na estrutura da Reitoria e regulamenta suas atribuições. Além desta, as duas portarias subsequentes, também dispõem sobre alterações em documentos anteriores, objetivando adicionar a representação da CAADI na composição do Comitê de Governança e Proteção de Dados Pessoais, pela Portaria Unesp Nº 57, de 31 de maio de 2022 e, posteriormente, definindo o representante neste comitê, pela Portaria Unesp Nº 58, de 01 de junho de 2022.

Posteriormente, em 08 de julho do mesmo ano, pela Resolução Unesp Nº 22, a Resolução que criou a CAADI é alterada, sendo adicionado um inciso no artigo 2º, que diz respeito a sua atuação. Desta forma, fica instituído que a atuação desta coordenadoria nas unidades se dará por meio de Comissões Locais de Direitos Humanos. Além disso, essa Resolução faz algumas alterações quanto a composição da CAADI, visto que em seu artigo 4º adiciona a Comissão de Diversidade Étnico-racial e a Comissão de Diversidade Sexual e Gênero como suas assessoras, além de incluir as recém-criadas Comissões Locais de Direitos Humanos.

Encerrando o ano de 2022, em 14 de dezembro são instituídas três comissões assessoras da CAADI e dadas as suas respectivas composições: a Comissão de Prevenção à Violência (Portaria Unesp Nº 110), a Comissão de Diversidade Sexual e Gênero (Portaria Unesp Nº 111) e a Comissão de Diversidade Étnico-racial (Portaria Unesp Nº 112). No ano seguinte, a Portaria Unesp Nº 60, de 05 de junho de 2023, foram instituídas as Comissões Locais de Direitos Humanos, que têm o intuito de trabalhar em regime colaborativo com outras comissões para assegurar a CAADI.

Aqui é necessário pontuar um aspecto: a Comissão de Diversidade Sexual e Gênero e a Comissão de Diversidade Étnico-racial foram instituídas em 14 de dezembro de 2022, por sua vez, as Comissões Locais de Direitos Humanos foram instituídas em 05 de junho de 2023, no entanto, a Resolução Unesp Nº 22 de 08 de julho de 2022 já as indicava em sua composição. Este hiato entre o apontamento das comissões assessoras e, de fato, suas respectivas criações, demonstra um entrave no que diz respeito à operacionalidade da coordenadoria, em sua organização, suas ações e seu papel.

Ainda buscando vincular a coordenadoria na estrutura universitária, é estabelecida, pela Portaria Unesp Nº 78, de 23 de agosto de 2023, a composição da Comissão Central de Averiguação e da Comissão de Avaliação Recursal, que são responsáveis pela averiguação para aferição da veracidade de autodeclarações prestadas por candidatas nos vestibulares por meio do sistema de reserva de vagas a pessoas pretas e pardas. Esta vincula estas comissões à CAADI: Artigo 5º - A Comissão Central de Averiguação e a Comissão de Avaliação Recursal ficam vinculadas à Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade - Caadi (Unesp, 2023a, p. 2).

Seguindo neste momento de incorporação à estrutura universitária, a Portaria Unesp Nº 109, de 07 de novembro de 2023, ao dispor sobre a composição, atribuições e competências do Comitê Central de Ação Cultural e dos Comitês Locais de Ação Cultural, estabelece que um membro da CAADI deve compor o Comitê Central de Ação Cultural. Sequencialmente, a Portaria Unesp Nº 06 de janeiro de 2024 indica para esta função o Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza.

Encerrando os documentos referentes à CAADI, a Portaria Unesp Nº 34, de 18 de março de 2024 define a composição da coordenadoria entre março de 2024 e março de 2026.

Tendo vencido as resoluções e portarias referentes à CAADI, por se tratar do grande marco na institucionalização, partimos agora para o site da coordenadoria, visando identificar as ações que a mesma tem realizado. No site é possível encontrar o Relatório de Gestão de 2022 e o Relatório de Gestão de 2023. Sendo assim, por tratarem de documentos que resumem e sistematizam as ações da coordenadoria, estes são selecionados para analisarmos como tem se dado efetivamente as ações da coordenadoria.

Utilizando como base estes dois relatórios, podemos observar que a atuação da CAADI se divide em três frentes: normativa, informativa e formativa e bolsas. Quanto à frente normativa, desde a sua criação, a coordenadoria tem atuado na coordenação e na formulação de portarias e instruções normativas que visam o enfrentamento de violências e a promoção de direitos. Um bom exemplo desta frente é a Portaria Unesp Nº 68, de 26 de julho de 2022, que institui a Política Educativa da universidade de enfrentamento a assédios e preconceitos.

No que diz respeito à frente informativa e formativa, já que um dos objetivos da coordenadoria é a via de atuação pela educação, a coordenadoria trabalhou no

desenvolvimento de materiais, como guias, além da organização de eventos, fóruns e *lives*. Destacamos nesta frente a formulação, durante o ano de 2022, de cinco cursos congruentes com a Política Educativa, a serem oferecidos no ano seguinte: Racismo e Educação antirracista, Introdução aos Direitos Humanos, Estratégias de enfrentamento à LGBTQIAP+fobia, Gênero, Feminismo e Violência e Capacitismo x Inclusão. Em 2023, o oferecimento destes cursos contou com 3464 inscrições.

A atuação da coordenadoria na formulação de normativas e de guias informativos, além do oferecimento de cursos formativos, em uma compreensão da teoria bidimensional de Justiça Social de Nancy Fraser, pode ser associada a um **remédio afirmativo no modelo de justiça do reconhecimento**, seguindo o posto nos quadros 2 e 3. Esta compreensão é tida ao se entender estas ações como formas de revalorizar identidades desrespeitadas, valorizar positivamente a diversidade cultural e, além disso, cooperar para a transformação de padrões sociais, de interpretação e de comunicação, dado o caráter formativo de algumas das ações.

A terceira frente de atuação, por sua vez, refere-se à concessão de bolsas para estudantes, uma das estratégias da coordenadoria para promover ações afirmativas. Em 2022 as bolsas foram distribuídas em três as modalidades: Ações Afirmativas e Diversidade (AADI), Monitoria e Estágio e Apoio à Gestão. Já em 2023, além destes três tipos de bolsas, foram incluídas as bolsas de Letramento Científico, Monitoria Pedagógica e Apoio Pedagógico Especializado.

As bolsas AADI são destinadas exclusivamente a estudantes pretos, pardos, indígenas, transgêneres ou com deficiência atuarem em projetos, visando fortalecer o seu protagonismo social. Em 2022 foram concedidas 134 bolsas desta modalidade, distribuídas em 22 projetos em 17 unidades.

As bolsas de Monitoria também foram dedicadas a grupos socialmente vulneráveis (pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e transvestigêneres), para a atuação em disciplinas que abordem temáticas de direitos humanos, diversidade sexual, equidade de gênero, inclusão ou relações étnico-raciais. Para esta modalidade, em 2022, 14 estudantes foram contemplados.

Já a Bolsa de Estágio e Apoio à Gestão, em 2022, teve 9 estudantes selecionados. Estas bolsas visavam o auxílio em atividades da própria coordenadoria, tendo em vista que esta operou entre 2021 (quando ainda era assessoria) até durante o primeiro semestre de 2022 apenas com duas pessoas (coordenador e assessora técnica).

Sendo assim, o ano de 2022 teve 157 bolsas atribuídas a estudantes. Já no ano de 2023, somando-se a estas três modalidades de bolsas as novas, supracitadas, ocorreu a distribuição de 371 bolsas a estudantes, tanto da graduação como da pós-graduação.

Contrastada à quantidade de estudantes da universidade, de fato, são poucas bolsas. No entanto, o fato de serem dedicadas exclusivamente a estudantes pretos, pardes, indígenas, pessoas com deficiência e transvestigêneres, coopera para a permanência de estudantes socialmente vulneráveis, de forma que entendemos que esta ação se **aproxima de um remédio redistributivo afirmativo**.

A concessão de bolsas para estudantes pretos, pardes, indígenas, transvestigêneres e com deficiência representa um esforço de **redistribuição**. Estas bolsas visam promover a equidade material ao garantir a permanência e o protagonismo de grupos socialmente vulneráveis na universidade. No entanto, essas bolsas são limitadas em número (157 em 2022 e 371 em 2023) e não representam uma **reestruturação profunda** das relações de produção ou das condições socioeconômicas. Portanto, elas podem mobilizar recursos de forma superficial sem alterar as estruturas que perpetuam as desigualdades.

Essas concessões de bolsas não estão associadas a uma reestruturação profunda das relações de produção, como os remédios redistributivos transformativos, mas realocam superficialmente bens existentes de acordo com a diferenciação de grupos, como os remédios afirmativos. Dessa forma, nestas ações reside um **potencial remédio redistributivo**.

2.2.5 Política Educativa

Em julho de 2022 há outro marco de reconhecimento das diversidades na Unesp. No dia 26 é publicada a Portaria Unesp Nº 68, por meio da qual é instituída a Política de Enfrentamento ao assédio moral, assédio sexual, importunação sexual, formas de discriminações e preconceitos no âmbito da Unesp, que dispõe sobre ações de caráter educativo voltadas ao enfrentamento, da prática de assédio moral, assédio sexual, importunação sexual e formas de discriminações e preconceitos. Em seu Artigo 4º são pontuados os princípios e linhas de ação que pautam a Portaria, a saber:

- I - respeito à dignidade humana;
- II- estabelecimento de clima institucional pautado por princípios concernentes aos Direitos Humanos, e valores éticos e democráticos visando, o respeito às diversidades humanas;
- III- formação dos membros da comunidade interna, obrigatória para pessoas envolvidas em atividades de gestão na universidade, por meio de seminários, palestras, oficinas e outras atividades voltadas à discussão e à sensibilização para os Direitos Humanos, inclusão social e temáticas à eles subjacentes relacionadas às diversidades humanas e ao melhor convívio com as diferenças;
- IV- elaboração de materiais informativos e realização de eventos e campanhas de comunicação a respeito dos temas: assédio, discriminação, preconceitos, inclusão social, diversidades e questões identitárias e Direitos Humanos (Unesp, 2022b, p. 1).

Já em seu Artigo 8º, a Portaria pontua as ações prioritárias da universidade:

Artigo 8º - Para fins de enfrentamento à prática de assédio moral e sexual, além de importunação sexual, discriminação e preconceito, a serem desenvolvidas na UNESP pelas suas instâncias executivas, as seguintes ações são prioritárias:

- I- aplicação do protocolo institucional de acolhimento às vítimas de violência sexual;
- II- o oferecimento conteúdos sobre enfrentamento das diferentes formas de: assédio moral, assédio sexual, importunação sexual discriminação e preconceito para os trabalhadores e ocupantes de Cargos de Direção, Chefia e Coordenação, em cada uma das Unidades da UNESP;
- III- o desenvolvimento ações educativas e informativas sobre, enfrentamento das diferentes formas de: assédio moral, assédio sexual, importunação sexual discriminação e preconceito aos(as) trabalhadores(as) e estudantes no ingresso na UNESP, bem como aos coletivos estudantis, atléticas e centros acadêmicos;
- IV- a qualificação dos(as) trabalhadores(as) que atuam nas Seções de Recursos Humanos, das Ouvidorias Locais e de assistência ao(a) estudante, com conteúdo que possibilite identificar as condutas caracterizadas como assédio moral, assédio sexual, importunação sexual discriminação e preconceito em suas diferentes formas;
- V- a obrigatoriedade para os(as) servidores(as) (técnico-administrativos e docentes) que ocupam cargos de chefia, coordenação ou exerçam funções diretamente relacionadas ao atendimento de trabalhadores(as) e estudantes a realização dos cursos ofertados pela universidade, sobre diferentes formas de: assédio moral, assédio sexual, importunação sexual discriminação e preconceito e Direitos Humanos, cabendo à direção da unidade criar condições para o acompanhamento do curso e zelando para que seja realizado pelas pessoas;
- VI- a difusão junto a todos os segmentos acadêmicos, medidas de enfrentamento à prática do assédio moral, sexual, importunação sexual, preconceito e discriminação;
- VII- o desenvolvimento do processo educativo contínuo sobre Direitos Humanos, e enfrentamento ao assédio moral, assédio sexual, importunação sexual, discriminação e preconceito;
- VIII- a difusão dos canais possíveis de denúncias (Unesp, 2022b, p. 3).

Entendemos este como um marco atribuído ao **reconhecimento**, pois são pontuadas, de fato, ações prioritárias que objetivam cooperar para a transformação do ambiente universitário. O inciso V do Artigo 8º, por exemplo, trata da

obrigatoriedade de pessoas da universidade que ocupam cargos de chefia, coordenação ou diretamente relacionado ao atendimento de trabalhadoras e estudantes de realizarem cursos ofertados pela universidade referentes as diversas formas de assédio, discriminação e preconceitos, cursos esses que tem sido oferecidos pela CAADI, como consta no tópico anterior.

Em síntese, a dimensão educativa da CAADI representa um avanço significativo em termos de **reconhecimento** ao propor ações de valorização a comunidades marginalizadas, promovendo a **justiça cultural** ao combater a invisibilidade e o estigma enfrentados por grupos com vulnerabilidade social como LGBTQIAPN+, negres, indígenas e pessoas com deficiência. Algumas dessas ações podem ser interpretadas como **remédios afirmativos** que, no modelo de justiça de Fraser, buscam revalorizar identidades desrespeitadas sem alterar as estruturas sociais subjacentes. Por exemplo, os cursos e guias informativos são importantes para a sensibilização, mas não necessariamente transformam as relações de poder ou as condições materiais desses grupos.

Embora a CAADI represente um avanço, há o risco de **falso reconhecimento** caso suas ações sejam tratadas de forma superficial ou somente simbólica, sem impactar de fato as práticas cotidianas ou as estruturas institucionais. Isto posto, pois a criação de comissões e a produção de materiais informativos são importantes, mas não garantem mudanças concretas nas relações de poder ou nas condições materiais dos grupos marginalizados. Ou seja, a falta de integração entre as ações de reconhecimento e redistribuição pode limitar a efetividade das políticas, perpetuando desigualdades não abordadas.

No caso da Portaria Unesp Nº 68/2022, que institui a Política de Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação, há um marco importante: ações prioritárias coma implementação de obrigatoriedade de cursos para servidoras em cargos de chefia e a difusão de canais de denúncia, que buscam transformar o ambiente universitário e promover justiça.

2.2.6 Extensão

Iniciando o ano de 2023, em 04 de janeiro, considerando o processo de implantação da Curricularização da Extensão Universitária nos cursos de graduação na Unesp, é publicada a Portaria Nº 03, que dispõe sobre a criação dos Programas

Institucionais de Extensão Universitária e Cultura vinculados à Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura da Unesp e as diretrizes para seu funcionamento. Em seu Artigo 1º, a Portaria define os seguintes como Programas institucionais da Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura: integração comunitária, equidade e inclusão social; promoção da qualidade de vida, da saúde integral e do bem viver; inovação tecnológica, trabalho e renda e desenvolvimento sustentável; e promoção da cidadania cultural e do letramento científico.

Pelos programas criados, é inegável a sua relação com os interesses da comunidade na qual a universidade está inserida e, além disso, com as diversidades. Isso pode ser evidenciado também pelo seguinte artigo:

Artigo 2º - O Programa de Integração Comunitária, Equidade e Inclusão Social articula a realização, a participação e o apoio a ações que visem à integração sociocultural entre a Unesp e a comunidade, o fortalecimento dos laços comunitários, a inclusão social, a cidadania, a promoção da igualdade racial e de gênero, o respeito à diversidade, a acessibilidade, o enfrentamento ao assédio e à violência e o combate a todas as formas de discriminação e preconceito (Unesp, 2023b, p. 1).

No ano seguinte, este documento é revogado pela Portaria Unesp Nº 86, de 27 de agosto de 2024, que também dispõe sobre a criação dos Programas Institucionais de Extensão Universitária e Cultura vinculados à Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura da Unesp e as diretrizes para seu funcionamento. Mas, no que tange às diversidades, não há nenhuma alteração nesta portaria.

O Artigo 2º da Portaria Unesp Nº 03, de 04 de janeiro de 2023, ao pontuar, explicitamente, a inclusão social, a cidadania, a promoção da igualdade racial e de gênero, o respeito à diversidade, a acessibilidade, o enfrentamento ao assédio e à violência e o combate a todas as formas de discriminação e preconceito como ações de um de seus Programas institucionais da Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura, evidencia que a curricularização da extensão nos cursos de graduação deve incorporar projetos que acompanham tais ações com este fim. Esta se configura, portanto, como uma forma de questões relacionadas às diversidades de gêneros e sexualidades entrarem nos currículos dos cursos de formação inicial de professorias de Física também.

A Portaria Unesp Nº 03/2023 cria programas institucionais de extensão universitária que incluem ações voltadas para a integração comunitária, equidade e inclusão social, com foco na promoção da igualdade racial e de gênero, respeito à

diversidade, acessibilidade e enfrentamento ao assédio e à violência. Essas ações representam, em termos de **reconhecimento**, a valorização e a visibilidade de coletividades marginalizadas. Todavia, essas ações podem ser interpretadas como **remédios afirmativos** que revalorizam, mas não transformam conjunturas e estruturas sociais. Por exemplo, não há garantias que esses projetos sejam acompanhados de recursos financeiros ou de políticas de permanência que garantam a inclusão material de grupos marginalizados. Portanto, essas ações podem ser classificadas como **remédios redistributivos afirmativos** se realocam recursos de forma superficial sem alterar as estruturas que perpetuam as desigualdades.

Embora a curricularização da extensão represente um avanço, há o risco de **falso reconhecimento**, pois a inclusão de projetos de extensão sobre diversidade nos currículos é importante, mas não garante mudanças concretas. A falta de integração entre as ações de reconhecimento e redistribuição pode limitar a efetividade das políticas.

No entanto, a efetividade dessa política depende da implementação de práticas concretas e da integração com outras dimensões da justiça, como a redistribuição. Por exemplo, a inclusão de projetos de extensão sobre diversidade nos currículos é um avanço, mas é necessário garantir que esses projetos sejam acompanhados de mudanças estruturais que promovam a inclusão material e simbólica das diversidades. Afinal, as limitações das ações (como o risco de falso reconhecimento e a falta de integração com a redistribuição) sugere que ainda há desafios a serem superados.

Para promoção de **justiça social**, mais ampla e efetiva, é desejável a adoção de políticas mais integradas, que combinem o **reconhecimento simbólico** com a **redistribuição material**. Isso inclui a ampliação das ações de redistribuição, garantindo que os projetos de extensão sobre diversidade sejam acompanhados de recursos financeiros e políticas de permanência que promovam a inclusão material de grupos marginalizados. E ainda, garantir que as ações de reconhecimento sejam acompanhadas de mudanças estruturais que promovam a equidade material e simbólica.

2.2.7 Concursos Públicos

A Resolução Unesp Nº 86, de 25 de agosto de 2023, regulamenta a política afirmativa para pessoas pretas, pardas e indígenas, em concursos públicos e processos seletivos de contratação de servidores técnico-administrativos na universidade:

Artigo 1º - Fica estabelecida, por meio da presente Resolução, a política afirmativa voltada a pessoas pretas, pardas e indígenas (PPI), aplicável aos concursos públicos para a contratação no emprego público permanente ou temporário de servidores técnico-administrativos por meio do sistema de aplicação da pontuação diferenciada para as pessoas candidatas que assim se autodeclararem e confirmarem o interesse na pontuação diferenciada no ato da inscrição (Unesp, 2023c, p. 1).

Esta medida é mais uma marca de que a Unesp tem atendido às demandas por reconhecimento por parte de sua comunidade, alinhando-se à política institucional de reconhecimento das diversidades. A resolução representa, em termos de **reconhecimento**, uma política afirmativa voltada para pessoas pretas, pardas e indígenas (PPI). Isso demonstra um compromisso da Unesp com a valorização e a visibilização dessas identidades, promovendo a justiça cultural ao combater a invisibilidade e o estigma enfrentados por essa coletividade.

A política afirmativa estabelecida pela resolução pode promover a **redistribuição** ao garantir que pessoas pretas, pardas e indígenas tenham maior acesso a oportunidades de emprego na universidade. Isso contribui para a equidade material ao garantir que esses grupos tenham maior representação e participação nas estruturas institucionais. No entanto, essa política carece de outras medidas que garantam a inclusão material e a permanência desses grupos, como políticas de capacitação, apoio psicossocial ou promoção de carreira. Portanto, essa ação pode ser classificada como um **remédio redistributivo afirmativo**, que realoca recursos, mas com possibilidades restritas de alterar as estruturas que perpetuam as desigualdades.

2.3 O segundo momento: analisando os Projeto Político Pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Física da Unesp

A formação inicial de professorias fundada na autonomia e empoderamento profissional tem como pressuposto a prática transformadora de professoras em sala de aula, que ocorre por meio da mobilização de saberes docentes.¹⁷

Jéssica Belíssimo

Após caracterizar a história da institucionalização de políticas voltadas para as diversidades na Unesp, em termos de reconhecimento e redistribuição, com o intuito de diagnosticar como esta tem chegado a formação inicial de professorias de Física no que diz respeito, especialmente, às diversidades de gêneros e sexualidades após a reestruturação/alteração curricular (decorrente da demanda da curricularização da extensão), seguimos para o segundo momento desta pesquisa, no qual é focalizada a formação inicial de professorias de Física.

Para tanto, dentre as possibilidades de documentos curriculares, como dito anteriormente, foram escolhidos os PPPs dos cursos de Licenciatura em Física da Unesp, entendendo que nestes se materializam as intencionalidades da proposta de formação. Os cursos de graduação em Física da Unesp são oferecidos em seis cidades, em diferentes períodos e modalidades, mas um aspecto que todos têm em comum é o oferecimento da Licenciatura como uma das modalidades, como consta no Quadro 7, a seguir.

¹⁷Adaptado para a linguagem neutra.

Quadro 7 - Caracterização quanto ao campus, período e modalidade dos cursos de Física da Unesp

Campus	Período	Modalidade
Bauru	Vespertino e Noturno	<ul style="list-style-type: none"> - Licenciatura em Física - Bacharelado em Física de Materiais - Bacharelado em Física Computacional
Guaratinguetá	Noturno	<ul style="list-style-type: none"> - Bacharelado em Física - Licenciatura em Física
Ilha Solteira	Noturno	<ul style="list-style-type: none"> - Licenciatura em Física
Presidente Prudente	Noturno	<ul style="list-style-type: none"> - Licenciatura em Física
Rio Claro	Integral	<ul style="list-style-type: none"> - Bacharelado em Física - Licenciatura em Física
São José do Rio Preto	Integral	<ul style="list-style-type: none"> - Bacharelado em Física Biológica - Licenciatura em Física

Fonte: Autore.

Outro fator que todos têm em comum é a vigência de seus Projeto Político Pedagógicos. A reestruturação/alteração curricular foi demandada pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão Superior Brasileira, de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE) vigente de 2014 a 2024. Sendo assim, seguindo o prazo máximo para a curricularização da extensão, os novos PPPs, resultantes deste processo de reestruturação/alteração, passaram a ser válidos para as turmas ingressantes a partir de 2023, ou seja, o PPP atual da Licenciatura em Física de Bauru não é o mesmo pelo qual me formei, já que terminei o curso em 2022.

Para esta etapa da pesquisa, os PPPs foram buscados no site da universidade e baixados para leitura e análise. À priori, definimos que a análise deve priorizar três componentes dos documentos: o perfil de egresso, a estrutura curricular¹⁸ e as atividades de extensão.

A definição destes três componentes dos PPPs como pilares centrais para as análises se dá por entendermos que, primeiramente, o perfil de egresso desejado dita, em muito, o restante do documento, dado que escolhas referentes a todo o curso devem ser feitas com esse como o pano de fundo. Enquanto, por sua vez, a estrutura

¹⁸Entendemos aqui como “estrutura curricular”, de acordo com o encontrado nos PPPs, a organização, divisão e composição da carga horária do curso em disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas, Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento e atividades extensionistas.

curricular é escolhida como um dos pilares por contar com as disciplinas que ês estudantes terão, de fato, em sua formação, ou seja, uma materialização das intencionalidades da formação em sala de aula.

Por fim, a extensão também foi escolhida como pilar, pois foi a motivadora das alterações/reestruturações e, além disso, esta se configura como uma grande possibilidades para a inclusão de questões relativas à diversidade de gêneros e sexualidades na formação des estudantes, dado que as portarias da universidade que dispõe sobre a criação dos Programas Institucionais de Extensão Universitária e Cultura pontuam a realização de ações que visem a igualdade de gênero, o respeito à diversidade, o enfrentamento ao assédio e à violência e o combate a todas as formas de discriminação e preconceito.

Seguindo para a análise em si, sob a óptica da teoria bidimensional de Justiça Social de Nancy Fraser, entendemos a presença de questões relativas às diversidades de gêneros e sexualidades, nesses documentos, como indicativos de reconhecimento e/ou redistribuição. Esses indicativos podem ou não se configurar em remédios de reconhecimento e/ou redistributivos, a depender de como se dá ou não a presença, o contexto no qual estão presentes e não somente a prevalência de palavras.

Desta forma, para guiar uma primeira leitura dos documentos, selecionamos algumas palavras a serem buscadas nos PPPs, como consta no Quadro 8. Estas palavras foram escolhidas por se aproximarem do que buscamos: diagnosticar de que forma a política institucional da Unesp voltada para as diversidades se faz presente na formação inicial de professorias de Física, com ênfase nas questões de gêneros e sexualidades, em uma perspectiva da teoria bidimensional de Nancy Fraser.

Assim, as palavras escolhidas são as específicas do objetivo da pesquisa, mas também outras que podem ser, de forma mais indireta, relacionadas a estas ou ao histórico de tal política.

Quadro 8 - Palavras selecionadas para análise inicial do PPPs dos cursos de Licenciatura em Física

PALAVRA
Diversidade(s)
Gênero(s)
Sexualidade(s)/Sexual
Feminino
Mulher(es)
Transgênero/Transsexual
LGBTQIAPN+
Coletivos
Educando para a Diversidade
CAADI

Fonte: Autore.

Para completar as tabelas referentes a cada um dos documentos, que terão como base o Quadro 8, serão avaliados os contextos em que são utilizadas as palavras, dado que algumas podem adquirir outros significados, como, por exemplo, “diversidade”, que pode, no contexto dos PPPs, ser atribuída a “diversidade linguística” ou “diversidade de situações de aprendizagem”. Após este momento inicial, de identificação de presença ou não, passamos para o segundo momento, que consiste em analisar, sob a perspectiva bidimensional de Justiça Social de Fraser, o contexto na qual estão inseridas e, se ao estarem presentes, se assemelham a algum remédio. Esta análise está sistematizada no Quadro 9.

Tendo definido o caminho para as análises, passamos agora para o início da leitura dos documentos. Seguindo a ordem alfabética, como consta no Quadro 7, iniciamos, portanto, pelo curso de Licenciatura em Física do campus de Bauru, onde realizei a minha formação inicial.

Quadro 9 - Segundo momento de análise dos PPPs: buscando por remédios

Pilar	Remédio
Perfil de egresso	
Estrutura curricular	
Atividades de Extensão	
Outro local	

Fonte: Autore.

O PPP em vigência não é o mesmo pelo qual me formei. No entanto, participei do processo de reestruturação do curso que o originou. Lembro-me que, durante os mandatos que cumpri no Conselho de Curso de Física, como Representante Discente Titular, de setembro de 2019 a agosto de 2020, e como Representante Discente Suplente, de setembro de 2020 a agosto de 2021, um dos temas mais pautados foi a necessidade de reestruturação do curso, devido a proximidade do prazo para cumprir com a demanda da curricularização da extensão nos cursos de graduação.

Com isso, foi criada a Comissão de Reestruturação (CR), para a qual o Conselho de Curso solicitou que a representação discente indicasse estudantes para a composição. Indicamos um representante do Centro Acadêmico da Física “Rodrigo Leandro” (CAFÍS) e uma representante do Coletivo Feminista da Física - Katherine Johnson, que também integrava o CAFÍS. Neste momento, eu também era integrante do CAFÍS, como Coordenador Geral, e do coletivo Katherine Johnson. Essa foi uma forma de dividirmos as atividades entre nós e de participarmos ativamente do processo de reestruturação.

A Comissão de Reestruturação elaborou um diagnóstico do curso de Física, composto de diversos estudos e indicadores, que foram divididos em seis frentes, sendo que a sexta frente diz respeito ao Primeiro Fórum de Reestruturação do Curso de Física, que ocorreu entre 7 e 9 de junho de 2021, de maneira remota, ainda durante a pandemia. Participei do fórum e me recordo de o diagnóstico de fato ser apresentado durante as reuniões e discussões, como era o intuito inicial de tal estudo. Todo esse processo resultou na reestruturação do curso de Física do campus de Bauru, que gerou um novo Projeto Político Pedagógico, vigente para as turmas ingressantes a partir de 2023.

O PPP, ao abordar o histórico da reestruturação, cita quais foram as principais conclusões do diagnóstico elaborado. Dentre elas, citamos a caracterização do perfil socioeconômico dos estudantes: 59% são egressos de escolas básicas públicas, 93% são de famílias do interior do Estado de São Paulo, 71% são autodeclarados brancos e 78% do sexo masculino, além de, aproximadamente, metade, declarar a intenção de trabalhar durante a realização do curso.

Este diagnóstico, levando em consideração a caracterização socioeconômica da categoria discente do curso, principalmente ao que diz respeito em evidenciar o quanto o curso ainda é masculino, nos deixa otimista para encontrar indicativos de questões relacionadas às diversidades de gêneros e sexualidades. No entanto, realizando esta busca inicial, encontramos apenas uma vez a palavra “gênero” no documento, como expresso na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 - Análise inicial do PPP do curso de Licenciatura em Física do campus de Bauru

PALAVRA	Quantidade
Diversidade(s)	0
Gênero(s)	1
Sexualidade(s)/Sexual	0
Feminino	0
Mulher(es)	0
Transgênero/Transsexual	0
LGBTQIAPN+	0
Coletivos	0
Educando para a Diversidade	0
CAADI	0

Fonte: Autore.

Este indicativo presente na tabela acima, ocorre ao se abordar os objetivos do curso, onde são pontuados os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O PPP apresenta que estes objetivos têm como propósito mudanças sociais, ambientais, econômicas e institucionais até 2030, e apresenta, dentre estas mudanças sociais, a igualdade de gênero.

Dessa forma, é posto que a disciplina “Ciência, Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento Humano”, comum às três grades curriculares do curso, abordará explicitamente os ODS. Ou seja, para esta decisão quanto ao conteúdo da disciplina, não foi levado em consideração a própria caracterização do curso que, por si só, já indica a necessidade de se abordar questões relativas à gênero, dado o fato de o curso ser majoritariamente masculino.

Partindo para o perfil de egressos, o primeiro pilar das análises, o documento apresenta que o PPP busca atender às Diretrizes Curriculares Nacionais quanto às competências e habilidades gerais e específicas, expressas, sobretudo, pelo Parecer NCE/CES 1304/2001, além também de vivências consideradas relevantes para a formação do Físico. De forma que ês Licenciades em Física devem:

[...] dedicar-se preferencialmente à formação e à disseminação do saber científico em diferentes instâncias sociais, seja por meio da atuação no ensino escolar formal, ou não, seja por meio de novas formas de educação científica, como vídeos, “softwares”, ou outros meios de comunicação (Unesp, 2023d, p. 23).

Além de serem profissionais

[...] com sólida formação em Física e Educação; conhecedor do método científico, com atitude científica como hábito para a busca da “verdade” científica, de maneira ética e com resiliência, preparado para enfrentar novos desafios e buscar soluções de problemas de forma criativa e pró-ativa (Unesp, 2023d, p. 23).

Dessa forma, não são expressas no perfil esperado nenhuma questão referente às diversidades de gêneros e sexualidades. Partindo para a estrutura curricular, o mesmo cenário é encontrado, inclusive, sequer na disciplina citada anteriormente, “Ciência, Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento Humano”, que deveria abordar as ODS, incluindo o aspecto da igualdade de gênero.

Por fim, analisando a extensão, é apresentado que a foi criada a disciplina Fundamentos da Extensão Universitária, no primeiro semestre, com o intuito de preparar ês estudantes para as atividades extensionistas no decorrer do curso, que serão divididas, para a Licenciatura, em 55 horas inseridas em quatro disciplinas e 305 horas cumpridas por meio das seguintes possibilidades: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica, Núcleos de Ensino da Unesp; concepção e organização da Semana da Física e do Workshop da

Física; concepção, organização e oferecimento de atividades de divulgação da área de Física para profissionais das áreas e para o público em geral.

Estas atividades da extensão não expressam questões relativas às diversidades de gêneros e sexualidades, de forma que a sua abordagem fica a cargo do próprio corpo docente, como no caso relatado anteriormente, em que realizamos um minicurso de introdução à reatividades exclusivo para mulheres. Sendo assim, não é garantido que estarão presentes na formação inicial dos licenciandos.

Dessa forma, não encontramos indicativos de remédios neste PPP, assim como não encontramos indicativos de potencialidade de alguma atividade a vir a se configurar como um. Isto está expresso no Quadro 10.

Quadro 10 - Segundo momento de análise do PPP do curso de Licenciatura em Física de Bauru: buscando por remédios

Pilar	Remédio
Perfil de egresso	Não há
Estrutura curricular	Não há
Atividades de Extensão	Não há
Outro local	Não há

Fonte: Autore.

Em síntese, o PPP do curso de Licenciatura em Física do campus de Bauru apresenta um **déficit** significativo no que diz respeito às dimensões de justiça de reconhecimento e redistribuição relacionadas às diversidades de gêneros e sexualidade. O perfil de egresso não contempla competências ou habilidades para lidar com essas temáticas, focando exclusivamente na formação científica e pedagógica para o ensino de conteúdos disciplinares das áreas da Física.

Na estrutura curricular, a única menção à igualdade de gênero ocorre de forma genérica na disciplina "Ciência, Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento Humano", sem integração prática ou transformadora. As atividades de extensão também não incluem iniciativas voltadas para a inclusão e diversidades, limitando-se à divulgação científica e ao ensino de Física.

A ausência de projetos ou espaços que abordem essas questões em outros locais reforça a falta de remédios de reconhecimento e redistribuição. A menção superficial à igualdade de gênero pode ser interpretada como um **falso**

reconhecimento, criando uma aparência de inclusão sem garantir mudanças reais. Assim, entendemos que o PPP não reflete de forma significativa a política institucional de reconhecimento das diversidades da Unesp, evidenciando uma **lacuna** na promoção da justiça cultural e socioeconômica para grupos marginalizados.

Partindo agora para o campus de Guaratinguetá, pesquisando pelas palavras selecionadas, pontuada no Quadro 9, foram encontradas três vezes a palavra “diversidade”, três vezes a palavra “gênero” e três vezes a palavras “sexual”, como consta da Tabela 4, a seguir.

Tabela 4 - Análise inicial do PPP do curso de Licenciatura em Física do campus de Guaratinguetá

PALAVRA	Quantidade
Diversidade(s)	3
Gênero(s)	3
Sexualidade(s)/Sexual	3
Feminino	0
Mulher(es)	0
Transgênero/Transsexual	0
LGBTQIAPN+	0
Coletivos	0
Educando para a Diversidade	0
CAADI	0

Fonte: Autore.

Como consta na tabela acima, as outras palavras não foram encontradas. Ao se analisar, inicialmente, o documento. Partindo agora para analisar o contexto no qual as palavras encontradas estão inseridas, observamos que as três estão sempre juntas e, todas as vezes em que aparecem, estão dentro do mesmo tópico do documento: Atividades Teórico–Práticas de Aprofundamento (ATPA) - Projetos Temáticos.

Dentre os 218 créditos (3270 horas) necessários para a formação, a estrutura curricular do curso conta com a obrigatoriedade de 14 créditos, ou seja, 210 horas, em ATPA. O PPP pontua que cada estudante deverá realizar, ao longo dos quatro

anos de curso, dois projetos temáticos, que são trabalhos acadêmicos supervisionados por um professor, sobre a temática dos direitos humanos, diversidade étnico racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras.

No primeiro projeto, os licenciados “deverão apresentar, por escrito, na forma de relatório, reflexões sobre suas participações em seminários, congressos, ou colóquios, bem como sua participação em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, extensão universitária” (Unesp, 2022c, p. 15). Já no segundo projeto, também na forma de relatório, os licenciados deverão apresentar suas reflexões sobre como estas temáticas são abordadas nos sistemas de ensino e instituições educativas.

Embora a temática de diversidades de gêneros e sexualidades esteja presente na formação inicial dos futuros professores de Física a partir do desenvolvimento destes projetos, é perceptível, pela descrição de como deverão ocorrer, que a responsabilidade desta formação é direcionada para os próprios estudantes, que deverão participar de eventos sobre as temáticas e refletir como estas são abordadas em instituições educativas. Não são oferecidos pelo curso algumas disciplinas ou até mesmo realizada a organização destes eventos, tudo fica à cargo dos próprios estudantes.

Dessa forma, notamos que é reconhecida a necessidade de se abordar questões relativas às diversidades na formação dos licenciados. No entanto, entendemos que este reconhecimento não se configura como um remédio, já que a responsabilidade desta formação não está sob o próprio curso, assim, este não coopera para a revalorização de identidades e uma transformação abrangente.

Tendo focado nossa atenção na estrutura curricular, passamos agora para o perfil dos egressos e para as atividades de extensão. Não há otimismo ao partir para estes pilares, já que para estes sequer foram encontrados indicativos de presença de questões relativas às diversidades.

Quanto ao perfil dos egressos, é referenciado o Parecer 1304/01-CES/CNE, que dita as diretrizes curriculares para os cursos de Física. O parecer indica que o perfil de egressos, independente da área de atuação, deve ser de um profissional que:

apoiado em conhecimentos sólidos e atualizados em Física, deve ser capaz de abordar e tratar problemas novos e tradicionais e deve estar sempre preocupado em buscar novas formas do saber e do fazer científico ou

tecnológico. Em todas as suas atividades a atitude de investigação deve estar sempre presente, embora associada a diferentes formas e objetivos de trabalho (Brasil, 2001, p. 3).

Já quanto ao perfil esperado especificamente des licenciades, o parecer, como consta no trecho citado para o campus de Bauru, foca principalmente na formação e na disseminação do conhecimento científico em diversos ambientes, tanto por meio da atuação no ensino formal, como por outros meios.

Assim, não há menções no PPP, assim como nas diretrizes curriculares para os cursos de Física, que ês licenciades tenham uma formação que dê subsídios para que lidem com questões referentes às diversidades.

Partindo para a curricularização da extensão, este curso optou por ter essa contabilizada nas seguintes disciplinas: Tecnologia da Informação e Comunicação no Ensino de Física, Estágio Supervisionado em Física I, Instrumentação para o Ensino de Física, Ensino Informal de Ciências, Filosofia da Educação, Didática Geral, Didática da Física, Física Moderna para Professores do Ensino Médio, e Metodologia e Prática de Ensino de Física. Ao final do PPP constam as ementas das disciplinas obrigatórias e suas respectivas bibliografias, mas, a nenhuma emenda, ao abordar como a extensão se dará na disciplina, conta com questões relativas às diversidades. Feita as leituras e análises, elaboramos o Quadro 11, que sintetiza a análise referente aos remédios.

Como exposto no Quadro 11, no PPP do curso de Licenciatura em Física do campus de Guaratinguetá há um **déficit** relacionado às diversidades de gêneros e sexualidade, já que não há competências e habilidades sobre a temática no perfil de egresso e nas atividades de extensão.

Quadro 11 - Segundo momento de análise do PPP do curso de Licenciatura em Física de Guaratinguetá: buscando por remédios

Pilar	Remédio
Perfil de egresso	Não há
Estrutura curricular	Potencial para reconhecimento
Atividades de Extensão	Não há
Outro local	Não há

Fonte: Autore.

Pontuamos, no que diz respeito à estrutura curricular, que há um potencial para o reconhecimento, já que o documento delimita um espaço na formação para questões relativas às diversidades de gêneros e sexualidades ao tratar da obrigatoriedade dos projetos temáticos referentes a ATPA abordarem temáticas de diversidades humanas. No entanto, embora isto demonstre o entendimento da necessidade desta formação, a responsabilidade dela não é atribuída ao curso, visto que cada estudante será responsável pelo seu projeto.

Assim, isto pode ser interpretado como um **falso reconhecimento**, já que não há a garantia de mudanças reais na formação destes futuros professores a partir destes projetos. Dessa forma, concluímos que o PPP não reflete expressamente a política institucional de reconhecimento das diversidades da Unesp.

Partindo para o terceiro campus, Ilha Solteira, no primeiro momento, encontramos indicativos da abordagem de questões relativas às diversidades de gêneros e sexualidades, dado a presença de algumas das palavras selecionadas. A Tabela 5, a seguir, apresenta estes dados quantitativos.

Partindo para o contexto em que estas palavras são utilizadas, notamos que a sua maior concentração é no que tange ao perfil dos egressos, onde, dentre outros aspectos, é pontuado que se espera “promover formação que permita o licenciando lidar com questões sociais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, e sociocultural como princípios de equidade” (Unesp, 2022d p. 7). Além disto, ainda quanto ao perfil de egressos, é destacada a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada e, com esta, é afirmado que o curso trabalha para formar profissionais aptes a:

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VIII – demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras (Unesp, 2022d, p. 7).

Tabela 5 - Análise inicial do PPP do curso de Licenciatura em Física do câmpus de Ilha Solteira

PALAVRA	Quantidade
Diversidade(s)	4
Gênero(s)	4
Sexualidade(s)/Sexual	4
Feminino	0
Mulher(es)	0
Transgênero/Transsexual	0
LGBTQIAPN+	0
Coletivos	0
Educando para a Diversidade	0
CAADI	0

Fonte: Autore.

Desta forma, as diversidades de gêneros e de sexualidades são expressamente presentes no PPP, a partir do compromisso colocado com a formação do corpo discente. Resta analisar se estas estão presentes de forma prática, que possibilitem, de fato, esta formação.

Sendo assim, passamos para a análise da estrutura curricular. Contrariando o esperado, dado o perfil esperado, não encontramos disciplinas que indiquem expressamente ser dedicadas a essa formação.

Quanto ao último foco, a extensão, o documento pontua que esta terá o espaço de 23 créditos, sendo 11 créditos (165 horas) integrados em disciplinas obrigatórias, 06 créditos (90 horas) em Trabalho de Conclusão de Curso e 6 créditos (90 horas) como parte da carga horária das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA). Dessa forma, a última possibilidade para encontrarmos a abordagem de questões relativas às diversidades de gêneros e sexualidades é a partir das ATPA, contabilizadas como extensão.

O PPP ao abordar as possibilidades de Atividades Curriculares de Extensão Universitária integradas às ATPA, pontua:

Participação em projetos de extensão, núcleos, devidamente registrados no SISProec (Exemplo: Núcleo Negro para Pesquisa e Extensão Universitária (NUPE); Núcleo de Apoio e Discussão de Gênero e Sexualidade – Nugens; Núcleo Afro Brasileiro e Indígena de Ilha Solteira – NABISA, EMAEM – Escola de Materiais Aplicada ao Ensino Médio; Educação Especial e Inclusiva nas EMEFs de Ilha Solteira em colaboração com a Universidade; Grupo de Amadores de Astronomia de Ilha Solteira – GAAIS; Reflexões com adolescentes sobre uso e abuso de drogas, redes temáticas entre outros) (01 atividade por semestre) (Unesp, 2022d, p. 28).

Sendo assim, como única possibilidade voltada às diversidades de gêneros e sexualidade está pontuado o Núcleo de Apoio e Discussão de Gênero e Sexualidade (NUGENS), não há proposta de ofertas do próprio curso. Estas percepções após a leitura e análise do documento estão sintetizadas no Quadro 12.

Quadro 12 - Segundo momento de análise do PPP do curso de Licenciatura em Física de Ilha Solteira: buscando por remédios

Pilar	Remédio
Perfil de egresso	Potencial para o reconhecimento
Estrutura curricular	Não há
Atividades de Extensão	Não há
Outro local	Não há

Fonte: Autore.

Como expresso no Quadro 12, percebemos que é reconhecida a necessidade de se formar professorias capazes de contribuir para a superação de exclusões e com consciência e respeito para com as diversidades. Porém, embora esta necessidade e intencionalidade esteja expressa no perfil de egresso, a estrutura curricular e as atividades de extensão não estão alinhadas a isto, o que nos leva a concluir que este seja um **falso reconhecimento**, que pode propagar a falsa aparência de inclusão, mas sem mudanças reais.

Dessa forma, sem a atribuição desta responsabilidade formativa para o próprio curso, há uma **lacuna** quanto à justiça de reconhecimento e redistributiva no que diz respeito às diversidades de gêneros e sexualidades. Assim, não é encontrado um reflexo significativo da política institucional da Unesp voltada para as diversidades neste documento.

Dando sequência, agora com o campus de Presidente Prudente, notamos que este não apresenta nenhum indicativo de presença de questões relativas às

diversidades de gêneros e sexualidades. Como está na Tabela 6, não é encontrada nenhuma palavra dentre as selecionadas para o primeiro momento de contato com o documento.

Tabela 6 - Análise inicial do PPP do curso de Licenciatura em Física do campus de Presidente Prudente

PALAVRA	Quantidade
Diversidade(s)	0
Gênero(s)	0
Sexualidade(s)/Sexual	0
Feminino	0
Mulher(es)	0
Transgênero/Transsexual	0
LGBTQIAPN+	0
Coletivos	0
Educando para a Diversidade	0
CAADI	0

Fonte: Autore.

Mesmo com os resultados nada otimistas expressos na Tabela 6, partimos para a análise focalizada no perfil esperado para de egresses, estrutura curricular e atividades extensionistas. Iniciando pelo perfil, o documento pontua que não houveram mudanças, se comparado com o PPP anterior, que em muito se assemelha ao do campus anteriormente analisado, Guaratinguetá, tendo como base as diretrizes curriculares para os cursos de Física.

Partindo para a estrutura curricular, também não há indicação, pelos nomes das disciplinas, da abordagem de questões relacionadas às diversidades. Já quanto a extensão, pontuada no documento como a única motivadora da alteração curricular, é estabelecido que ês estudantes deverão atuar em três frentes distintas para cumprir com a carga horária dedicada às atividades extensionistas: disciplinas obrigatórias do curso, projetos específicos associados à disciplinas e projetos de extensão.

Para a primeira frente, foram selecionadas algumas disciplinas para contar com carga horária extensionista. Já os projetos de extensão a qual o curso está associado são: Centro de Ciências, Astronomia na praça e Show da Física.

Além destes projetos, o PPP cita alguns cursos e eventos de extensão universitária possíveis para ês licenciandes, pontuando que estes são ofertados à comunidade e objetivam a socialização do conhecimento acadêmico, são estes: cursos de extensão universitária, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), oficinas de divulgação, Semana da Física, Venha nos conhecer, Semana Nacional da Ciência e Tecnologia, recepção dos calouros, palestras à comunidade, organização de workshop, atividades sociais, cursos/palestras ministrados nas escolas e Programa de Residência Pedagógica- RP. Estas possibilidades não expressam alguma abordagem relativa às diversidades de gêneros e sexualidades, de forma que é possível realizar algum evento que aborde tal temática, mas isto não é garantido e não é ofertado pelo curso.

O Quadro 13, a seguir, expressa a síntese destas análises. Em nenhum dos três pilares selecionados como centrais há expressamente o indicativo de se abordar questões relativas às diversidades de gêneros e sexualidades, de forma que não podemos indicar sequer alguma potencialidade de remédio.

Quadro 13 - Segundo momento de análise do PPP do curso de Licenciatura em Física de Presidente Prudente: buscando por remédios

Pilar	Remédio
Perfil de egresso	Não há
Estrutura curricular	Não há
Atividades de Extensão	Não há
Outro local	Não há

Fonte: Autore.

Sendo assim, o PPP do curso de Licenciatura em Física do campus de Presidente Prudente não reflete a política institucional de reconhecimento das diversidades da Unesp e evidencia uma **lacuna** entre esta política e o seu impacto na formação inicial de professorias. As dimensões de justiça de reconhecimento e redistribuição relacionadas às diversidades de gêneros e sexualidade não são contempladas neste documento.

Seguindo, o campus de Rio Claro, por sua vez, no primeiro momento se assemelha ao campus de Presidente Prudente. Como consta na Tabela 7, também

não é encontrada nenhuma palavra dentre as selecionadas para o primeiro momento de contato com o PPP.

Tabela 7 - Análise inicial do PPP do curso de Licenciatura em Física do campus de Rio Claro

PALAVRA	Quantidade
Diversidade(s)	0
Gênero(s)	0
Sexualidade(s)/Sexual	0
Feminino	0
Mulher(es)	0
Transgênero/Transsexual	0
LGBTQIAPN+	0
Coletivos	0
Educando para a Diversidade	0
CAADI	0

Fonte: Autore.

Partindo para o perfil de egresso, o PPP aponta que o objetivo geral do curso é com uma formação para a competência e comprometimento com a transformação da realidade brasileira. Seguindo, o PPP cita os pontos que pautam o processo formativo o curso, dentre eles, destacamos os seguintes:

1. Na valorização da pessoa humana em suas relações com o outro e com o mundo, no respeito como valor universal, nas diferenças individuais, sociais e culturais e na persecução de conhecimentos plurais.
2. Na formação mais humana, crítica e ética, voltada ao enfrentamento de questões relevantes, especialmente dos movimentos sociais e das instituições públicas, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico, social, cultural, econômico e sustentável.
3. Na inclusão e na contribuição para construção de processos de emancipação e empoderamento na sociedade (Unesp, 2021, p. 14).

Nestes pontos, ao se abordar questões relevantes para movimentos sociais, inclusão, respeito e diferenças, podemos interpretar que estejam incluídas questões relacionadas às diversidades e, dentre elas, as de gêneros e sexualidades. No entanto, esta relação não está escrito de forma expressa e, como visto anteriormente

na Tabela 7, não existe outros indicativos, de forma que este parece ser um discurso esvaziado de sentido, já que não dá medidas práticas referentes a estes valores no restante do projeto, nos soando como palavras falsas (Larrosa; Skliar, 2011).

Quanto ao segundo foco, a estrutura curricular, esta não apresenta nenhuma disciplina dedicada às diversidades de gêneros e sexualidade, mas, nos chama atenção a presença dos chamados Projetos Integradores - Física e Sociedade. Estes projetos nos levam ao terceiro foco de análise, pois têm o objetivo de permitir uma perspectiva integrada entre a Física e a Ciência com a sociedade e o cotidiano do mundo vivencial e, dessa forma, compõem a extensão universitária.

Entendendo esta como uma possibilidade de se inserir às diversidades na formação inicial, partimos para a análise das emendas dos seis Projetos Integralizadores - Física e Sociedade presentes na estrutura curricular dos licenciandos. Em todas é apresentado que o objetivo é a identificação e inserção do conhecimento de Física na sociedade e, além disso, trabalhar em projetos temáticos de extensão universitária dentro desta temática.

Assim, para estas disciplinas, os estudantes devem escolher uma atividade de extensão (programa, projeto, curso, evento ou prestação de serviços) oferecida pelos departamentos do IGCE. Estas atividades estarão vinculadas a algum eixo temático exposto no Plano Local de Extensão do IGCE, distribuídas entre os Programas e : Difusão e Letramento Científicos; Meio Ambiente, Sustentabilidade e Educação Ambiental; Computação Aplicada e Ciência de Dados; Recursos Hídricos e Naturais; Desenvolvimentos Econômico e Social; Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia Social; Políticas Públicas; Fortalecimento da Educação Básica e Geodiversidade, Geoconservação e Geocomunicação.

Dessa forma, assim como para o campus de Presidente Prudente, também não encontramos expressamente a abordagem de questões relativas às diversidades de gêneros e sexualidades. Assim, de forma análoga ao Quadro 13, como expresso no Quadro 14, não há o que possamos classificar como remédio ou indicativo de potencialidade para tanto.

Quadro 14 - Segundo momento de análise do PPP do curso de Licenciatura em Física de Rio Claro: buscando por remédios

Pilar	Remédio
Perfil de egresso	Não há
Estrutura curricular	Não há
Atividades de Extensão	Não há
Outro local	Não há

Fonte: Autore.

Isto posto, concluímos que este PPP também não expressa a política institucional de reconhecimento das diversidades da Unesp.

Encerrando as análises dos PPP, partimos para o campus de São José do Rio Preto. O primeiro momento, de busca pelos indicativos, nos deixa otimistas. Como exposto na Tabela 8, a seguir, este é o documento com mais indicativos encontrados, além de ser o único no qual foram encontradas expressamente menções à comunidade LGBTQIAPN+ e transvestigênera.

Partindo agora para o segundo momento, analisaremos o contexto em que estas palavras estão presentes. Iniciando pelo perfil esperado dos egressos, é apresentado que ês licenciandes em Física deverão dominar fundamentos da Educação, tanto em nível teórico como em nível prático, além de desenvolverem a capacidade de contextualização de conteúdos e adaptação das condições para a demonstração prática ou realização de experimentos. Mas não há menções a uma formação para a diversidade.

Quanto à estrutura curricular e as atividades de extensão, é apresentado que a curricularização da extensão será dividida em duas modalidades: carga horária em disciplinas obrigatórias e Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA). Para a licenciatura, oito disciplinas obrigatórias tiveram parte de sua carga horária destinada a contabilização da extensão, assim como parte da carga horária das ATPA também foi dedicada à extensão.

Tabela 8 - Análise inicial do PPP do curso de Licenciatura em Física do campus de São José do Rio Preto

PALAVRA	Quantidade
Diversidade(s)	3
Gênero(s)	8
Sexualidade(s)/Sexual	14
Feminino	0
Mulher(es)	11
Transgênero/Transsexual	1
LGBTQIAPN+	2
Coletivos	0
Educando para a Diversidade	0
CAADI	0

Fonte: Autore.

As disciplinas obrigatórias tiveram o seu vínculo com a extensão dado pelo Programa de Extensão Universitária “Educação, Ciência e Sociedade”, enquanto as ATPA têm o seu vínculo com a extensão pela exigência de que 150 horas sejam cumpridas no mesmo programa ou em outros. Além disso, as 60 horas restantes das ATPA, dado que sua carga é de 210 horas, devem ser cumpridas:

por meio de atividades, tais como disciplinas optativas, ciclo de palestras, participação em seminários/congressos, leitura e elaboração de textos, em temas transdisciplinares, sendo 20 horas em cada um dos grandes temas a seguir: (i) Cidadania e Direitos Humanos; (ii) Discriminação racial ou de gênero, orientação ou identidade sexual e opção religiosa; e (iii) Biodiversidade e meio ambiente. (Unesp, 2022e, p. 10).

O PPP apresenta, em seus anexos, o Programa de Extensão Universitária “Educação, Ciência e Sociedade”, que é vinculado ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Muitos dos indicativos encontrados na tabela anteriormente apresentada são oriundos deste programa.

O programa é dividido em 37 ações, cada qual atribuído a pelo menos um ODS, com uma pessoa coordenadora e objetivos, etapas e recursos previstos. Dentre estas 37 ações, encontramos algumas em que há a possibilidade de serem abordadas questões relativas às diversidades de gêneros e sexualidades, como, por exemplo, a

ação 12 - “Direitos Humanos em contextos formais e não formais de educação”, mas que não expressam este como seu objetivo.

Mas também encontramos duas ações que têm explicitamente este objetivo. É o caso da ação 14 - “E aí?! Educação para a saúde: lidando com as vulnerabilidades da adolescência”, que tem o objetivo de auxiliar adolescentes e jovens a partir de ações educativas a respeito de sexualidade e consumo de álcool e/ou outras drogas. Também é o caso da ação 27 - “Mulheres no plural”, que objetiva construir um espaço para reflexão, discussão e intervenção de mulheres, contando com as intersecções com as questões de raça, classe e sexualidade. Posto isto, o Quadro 15, a seguir, sintetiza as nossas percepções.

Quadro 15 - Segundo momento de análise do PPP do curso de Licenciatura em Física de São José do Rio Preto: buscando por remédio

Pilar	Remédio
Perfil de egresso	Não há
Estrutura curricular	Potencial para reconhecimento
Atividades de Extensão	Potencial para reconhecimento
Outro local	Não há

Fonte: Autore.

No Quadro 15 indicamos a potencialidade para o reconhecimento, pois percebemos que, ainda que não seja uma certeza, existem possibilidades para que, por meio da curricularização da extensão, ocorra a formação para questões relativas às diversidades de gêneros e sexualidades. No entanto, como a estrutura apresentada não garante que todos egressos terão esta formação, podemos compreender este como um falso reconhecimento, já que há a aparência de inclusão, dada a possibilidade de formação, mas a falta de garantia desta para todos limita o remédio e não gera mudanças significativas.

Tendo concluído as análises dos Projetos Políticos Pedagógicos dos seis cursos de Licenciatura em Física da Unesp, passamos agora para a última parte deste relatório de pesquisa, na qual discorreremos sobre nossas reflexões a partir da história da institucionalização de políticas para as diversidades na Unesp e das análises desses documentos curriculares. Desta forma, traçamos uma possibilidade de diagnóstico para como esta política institucional da Unesp voltada para as

diversidades tem chegado formação inicial de professorias de Física, com ênfase nas questões de gêneros e sexualidades, considerando os recentes processos de reestruturação/alteração curricular para a curricularização da extensão.

PARTE 3 - CONCLUSÕES: UM DIAGNÓSTICO POSSÍVEL

3.1 Do Reconhecimento ao Potencial Redistributivo

As pautas LGBTQIAP+ precisam se materializar em um projeto educativo nacional no MEC, afinal este é o órgão responsável pelo direcionamento da política nacional de educação. Precisamos ter um programa nacional que articule as questões de gênero e sexualidade numa perspectiva interseccional, considerando não apenas as pautas do movimento LGBTQIAP+, mas também do movimento feminista e negro.

Letícia Carolina

Não por coincidência, a segunda parte deste relatório de pesquisa foi iniciada com a icônica fala de Conceição Evaristo “O que nós conquistamos não foi porque a sociedade abriu a porta, mas porque forçamos a passagem”. A escritora, ao ter esta fala, estava se referindo ao movimento negro, mas, simbolicamente, a utilizo aqui para me referir as conquistas das mobilizações de estudantes, que, historicamente, tem, dentro da perspectiva de Fraser, lutado, sobretudo, por reconhecimento e redistribuição nos meios universitários.

Nesse cenário, em uma perspectiva da teoria bidimensional de Nancy Fraser, com o objetivo de diagnosticar de que forma a política institucional da Unesp voltada para as diversidades se faz presente na formação inicial de professorias de Física, com ênfase nas questões de gêneros e sexualidades, buscamos responder se a institucionalização de políticas voltadas para as diversidades na Unesp tem chegado aos PPPs dos cursos de Licenciatura em Física no que diz respeito à comunidade LGBTQIAPN+.

Para tanto, caracterizamos a institucionalização de políticas para as diversidades na Unesp, identificando os marcos normativos, ações e programas voltados para a comunidade LGBTQIAPN+, utilizando como fonte de dados primários a legislação da Unesp da última década, o site do Projeto Educando para a Diversidade e o portal da CAADI. Além disso, avaliamos, com base na teoria bidimensional de Nancy Fraser (justiça cultural e justiça econômica), se estas políticas de diversidade da Unesp promovem tanto a representação simbólica (reconhecimento) quanto a inclusão material (redistribuição), considerando das questões de gênero e sexualidade.

A caracterização da institucionalização de políticas para as diversidades na Unesp mostra que essa luta se faz presente na universidade, por meio de mobilizações, como, por exemplo, na forma de coletivos, CAs e DAs. Ao nos debruçarmos na legislação da última década, percebemos que, por muito tempo, a universidade não atendia as demandas destas lutas, visto que, no máximo, são encontradas indicações de “respeito às diversidades” como valores, mas sem medidas práticas para tanto, como palavras vazias.

Percebemos que a Unesp só começou de fato atender essas demandas a partir da grande visibilidade¹⁹ que o Projeto Educando para a Diversidade teve, a partir de 2017, conseguindo centralizar informações, debates e ações referentes às diversidades na universidade. Foi necessário o grande empenho de professorias para a elaboração desse projeto. É curioso, e contraditório, que apenas a partir do investimento de capital externo advindo de um banco - símbolo maior do capitalismo, que a universidade, finalmente, voltou sua atenção às suas demandas internas por reconhecimento e redistribuição por parte de grupos minoritários entre os que detém o capital. O projeto, que disso se originou, cresceu tanto em seus primeiros quatro anos, que foi iniciado o movimento de institucionalização de políticas voltadas às diversidades na Unesp.

O marco do início desse processo de institucionalização, é datado de 2021, quando foi criado o cargo de Assessor para assuntos de Diversidade, junto à vice-Reitoria, além de aprovada a criação da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI) em reunião do Conselho Universitário da Unesp. Já a sua consolidação se dá em 2022, com a efetiva criação da CAADI.

Dessa forma, após um grande histórico de mobilizações discentes, da criação de diversos coletivos e da luta e organização de professorias para centralizarem essas demandas em um projeto para conseguirem financiamento para as ações, o **reconhecimento vem sendo atendido por parte da Unesp**. Este **reconhecimento** pode ser categorizado como **afirmativo**, pois realoca superficialmente o respeito para identidades de grupos.

A partir da CAADI, para além deste **reconhecimento afirmativo**, observamos uma **potencialidade** em se configurar também como um **remédio redistributivo afirmativo**, isto pois, dentre suas ações, há a criação de editais de bolsas dedicados

¹⁹ Paradoxalmente, um projeto financiado por uma instituição bancária.

exclusivamente a grupos socialmente vulneráveis. Dessa forma, as ações que começam com ênfase no **reconhecimento**, tendo o **atendido ou parcialmente atendido**, passa a apresentar um **potencial redistributivo**.

Sequencialmente, sob a hipótese, e a esperança, de que reside na formação inicial de professorias o potencial para a transformação em termos de Justiça Social, partimos para contrastarmos esta política com os PPPs dos cursos de Licenciatura em Física, para identificar o provimento de diretrizes, conteúdos programáticos e práticas pedagógicas que abordem as diversidades de gêneros e sexualidades após a reestruturação/alteração curricular decorrente da curricularização da extensão. Dessa forma, verificamos também se a curricularização da extensão tem contribuído para a incorporação efetiva das políticas de diversidade em documentos curriculares, especialmente, no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade.

A curricularização da extensão ocorreu após a política de reconhecimento das diversidades por parte da Unesp, e visava a integração sociocultural entre a Unesp e a comunidade, além da promoção de iniciativas que expressam um compromisso do ensino superior com outras áreas da sociedade. Dessa forma, entendemos que os processos de reestruturação ou alteração curricular dos cursos de Licenciatura em Física foram momentos oportunos para que esta política da Unesp de reconhecimento das diversidades se fizesse presente nos cursos de formação inicial de professorias, a partir de alterações nos PPPs. No entanto, ao analisar estes novos documentos curriculares, vigentes a partir de 2023, não foi isso o encontrado.

Dividimos a análise dos PPPs em três pilares centrais, o perfil de egressos, a estrutura curricular e as atividades de extensão, de forma que, sob a perspectiva bidimensional de Justiça Social de Nancy Fraser, entendemos que a inclusão de questões relativas às diversidades de gêneros e sexualidades poderia se configurar como um remédio. Assim, entendemos por reconhecimento nos PPPs a materialização em disciplinas, Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento ou atividades extensionista da intenção em se formar professorias com a capacidade de lidar com questões relativas às diversidades de gêneros e sexualidades no ambiente escolar.

Entendemos de fato como reconhecimento a inclusão destas questões atendendo dois aspectos: a garantia de que essa formação ocorra para todos os licenciandos e a garantia de que a própria instituição a fornecerá. Isto pois, a título de disciplina optativa ou projeto optativo, não é garantido que todos farão esta escolha

ou que, no momento de escolher, ainda terão como a realizar, além de ser necessário que a própria instituição se responsabilize por oferecer esta possibilidade, não deixando a cargo de cada estudante buscar por palestras, congressos, seminários, dentre outras atividades externas que abordem estas temáticas.

Com essas limitações para caracterizarmos como reconhecimento, **não encontramos** nenhum PPP no qual conseguíssemos diagnosticar a presença deste remédio. Encontramos alguns aspectos que chamamos de **potencialidades**, como nos casos dos campus de Ilha Solteira e de São José do Rio Preto, já que o primeiro demonstrou a importância de se formar uma professorie apte para lidar com estas questões, mas não materializou esta preocupação na estrutura do curso, enquanto o segundo, embora não pontue essa intenção quanto ao perfil, tem carga horária de ATPA dedicada à temática e o vínculo com possibilidades de projetos de extensão nesta temática, mas, com isso, não garante que todos terão essa formação.

Sendo assim, nos campus de Bauru, Guaratinguetá, Presidente Prudente e Rio Claro, não encontramos indicativos da abordagem de questões relativas às diversidades de gêneros e sexualidades, não encontramos o reconhecimento. Enquanto, para os cursos de Ilha Solteira e de São José do Rio Preto, encontramos a **potencialidade** para que este reconhecimento venha a ocorrer.

Dessa forma, compreendemos que a política institucional da Unesp de reconhecimento às diversidades tem ocorrido no **entorno** dos cursos, mas não os adentrado, permeado documentos curriculares e, de fato, impactado a formação dos estudantes. Por conseguinte, a institucionalização de políticas voltadas para as diversidades na Unesp não tem chegado aos PPPs dos cursos de Licenciatura em Física no que diz respeito à comunidade LGBTQIAPN+.

Esta política tem contornado os cursos, de forma que é possível que esta formação ocorra, mas somente para aqueles que a busquem, já que, mesmo com a curricularização da extensão, não passou a ser garantida para todos, por não estarem expressas nos PPPs dos cursos de formação inicial. Concordamos com Letícia Carolina, quando em entrevista dada em 2021 apontou que:

É urgente, ademais, repensar as grades curriculares dos cursos de licenciatura que ainda relutam em inserir as questões de gênero e sexualidade. Para além do MEC, temos tentado fazer isso em nossos departamentos, às vezes como disciplinas optativas, mas precisamos fortalecer a abrangência dessas ações em todas as licenciaturas. Não se faz transformação a partir da educação sem formação docente de qualidade (Nantes; Nascimento, 2021).

Entendemos que, ao adentrar os documentos curriculares dos cursos de formação inicial de professorias, esta política institucional da Unesp, que se caracteriza como um reconhecimento afirmativo, teria potencial para se caracterizar como reconhecimento transformativo, pois passaria a não mais se limitar a uma revalorização de identidades e realocação superficial do respeito para estas, e sim cooperar para uma transformação profunda nas relações de reconhecimento, dado que estes professorias formarão outras pessoas, ou seja, é uma prática formativa que não termina em si, pode chegar a outros, o que amplia a potencialidade transformativa. Deste modo, a inclusão de questões relativas às diversidades de gêneros e sexualidades nos PPPs dos cursos de Licenciatura em Física, na medida em que seria um remédio transformativo, seria uma forma de justiça curricular, tendo em seu horizonte a Justiça Social para a comunidade LGBTQIAPN+.

A ausência de diretrizes explícitas para a abordagem de questões de diversidades de gêneros e sexualidades nos documentos curriculares não implica, de forma alguma, que essas temáticas não possam ser tratadas no desenvolvimento do curso. Supor o contrário seria adotar uma concepção extremamente restrita e limitada de currículo, reduzindo-o a uma mera prescrição normativa contida em documentos estáticos e inflexíveis. Essa visão desconsidera a dinamicidade do cotidiano educacional e a autonomia de docentes e discentes, que têm a capacidade de incorporar, de forma crítica e reflexiva, discussões relevantes e transformadoras em seus processos formativos.

No entanto, a falta de um provimento expresso que oriente e incentive a inclusão dessas questões limita as garantias de que elas sejam efetivamente integradas à formação dos licenciandos. Sem diretrizes estabelecidas e um compromisso institucional explícito, há o risco de que essas discussões permaneçam à margem, dependendo exclusivamente da iniciativa individual de professorias e estudantes, o que pode resultar em uma abordagem fragmentada e inconsistente.

Assim o sendo, embora a inexistência de menções explícitas não impeça a inserção dessas temáticas na formação de professorias, sua ausência nos documentos oficiais enfraquece a segurança de que tais discussões sejam promovidas de forma consistente e estruturada. A inclusão de diretrizes não apenas incentiva e respalda as professorias que desejam trabalhar essas questões, mas também sinaliza um compromisso institucional com a formação de educadores

preparades para atuar em uma sociedade diversa, garantindo que a diversidade e a inclusão sejam pilares efetivos da prática pedagógica.

Portanto, embora a ausência de menções específicas não impeça o tratamento dessas questões, ela fragiliza a garantia de que elas sejam abordadas de forma sistemática e significativa, comprometendo a formação de educadores preparades para lidar com a diversidade e a inclusão em suas práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

ADRIANO NANTES , F.; CAROLINA NASCIMENTO , L. Diálogos TRANSversais: a Travesti quer um beijo. **Rascunhos Culturais**, v. 12, n. 24, 1 dez. 2021

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**, 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999, 261 p.

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2016/03/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 7 nov 2022.

Benevides, Bruna G. Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis, aponta dossiê. [Entrevista concedida a] Tayana Narcisa, Vitor Bonets. **CNN Brasil**. jan - 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/noticias/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-e-travestis-aponta-dossie/>

_____. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais)–Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. 109p. ISBN: 978-85-906774-8-2. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

_____. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025. ISBN: 978-65-986036-1-8. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 1.304, de 29 de outubro de 2001**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Matemática. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 out. 2001. Seção 1, p. 22.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE, estabelece diretrizes e metas para a política de educação no Brasil, para a década 2014-2024. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRESSIANI, Nathalie de Almeida. **Economia, cultura e normatividade: o debate de Nancy Fraser e Axel Honneth sobre redistribuição e reconhecimento**. 2010. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BUENO, Arthur (Entrevistador). **Para uma crítica das crises do capitalismo: entrevista com Nancy Fraser**. *Perspectivas*, São Paulo, v. 49, p. 161-185, jan./jun. 2017.

BUTLER, Judith. Pode-se levar uma vida boa em uma vida ruim? Tradução: Aléxia Cruz Bretas. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, v. 2, n. 33, p. 228-229, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1517-0128.v2i33p1-236>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/153279/149855>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CERQUEIRA, Ticiano Damasceno; DENEGA, Alessa Montalvão Oliveira; PADOVANI, Andréa Sandoval. A importância do nome social para autoaceitação e aceitação social do público “trans”. **Revista Feminismos**, v. 8, n. 2, p. 26 - 39, maio-ago. 2020.

DIOTTO, Nariel; COSTA, Marli Marlene Moraes da. Repensando a justiça social a partir de Nancy Fraser: a concepção de uma justiça de gênero frente a ofensiva neoliberal. **E-Civitas**, Belo Horizonte, v. XVI, n. 2, dez. 2023. ISSN 1984-2716. Disponível em: <https://revistas.unibh.br/dcjpg/article/view/3643>. Acesso em: 1 ago. 2024.

FRASER, Nancy. **Justiça Interrompida: reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”**. Tradução: Ana Claudia Lopes, Nathalie Bressiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022. 288 p.

_____. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista”. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. O papel da Universidade no contexto da política de Educação Inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. **Revista Educação Especial**, vol. 23, núm. 38, 2010, p. 345-356.

GODOY; Luciana Cristina; SOUZA; Fabiana Rodrigues. Educação popular e movimentos antiespecistas: desvelando o especismo em livros didáticos. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 13, n. 26, p. 320–334, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2513>. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

GUIMARÃES, E. B. de M.; SILVA, I. R. da; FERREIRA, I. C. F.; ESPERANÇA, A. C. PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO EM ANÁLISE: GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE. **SciELO Preprints**, 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.4903. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4903>. Acesso em: 5 jan. 2025.

LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel: Políticas e poéticas da diferença**. Tradução: Semíramis Gorini da Veiga. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MATOS, Patrícia. O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. **Lua Nova: revista de cultura e política**, São Paulo, n. 63, p. 143-160, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452004000300006>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/sWkvwtLhcVtHqmdvzmqTnz/?lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2024.

NUNES; Evelyn Costa; GARCIA; Bruna Pinotti. O abandono afetivo e a cultura heterocisnormativa. *In: X Congresso de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, 2022, Goiânia. Anais eletrônicos [...]*. Goiás: Universidade Federal de Goiás, 2023. p. 45 - 51. Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/projetos/xconepec/artigos/08.html>. Acesso em: 31 jul. 2024.

PERALTA, Deise Aparecida. **Formação continuada de professores de matemática em contexto de reforma curricular: contribuições da teoria da ação comunicativa**. 2012. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências de Bauru, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2012.

_____. Mulheres, matemática e a proposta curricular das "escolas de primeiras letras": uma perspectiva da ética discursiva habermasiana. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 28, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320220016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/VrzKmdkQC35NkzJ4f7KqQtK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 jul. 2024.

PONCE, Branca Jurema; ARAÚJO, Wesley. A Justiça Curricular em tempos de implementação da BNCC e de desprezo pelo PNE (2014-2024). **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.17, n.3, p. 1045-1074. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i3p1045-1074>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/44998>. Acesso: 5 ago. 2024.

_____; NERI, Juliana Fonseca de Oliveira. A justiça curricular, a violência sexual intrafamiliar (VSI) e o direito à aprendizagem. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 15, n.4, p. 1208-1233, 2017. DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2017v15i4p1208-1233>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/35125/24433>. Acesso em: 5 ago. 2024.

_____. O Currículo e seus desafios na escola pública brasileira: em busca da justiça curricular. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 785-800, 2018. <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss3articles/ponce.pdf>. Acesso: 10 ago. 2024.

PRECIADO, Paul B. Eu sou o monstro que vos fala. Tradução: Sara Wagner York. **Cadernos PET Filosofia**, Curitiba, v. 22, n. 1, p. 278-331, 2021 (2022). DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/petfilo.v22i1.88248>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/viewFile/88248/48711>. Acesso em: 21 mai. 2024.

_____. **Um apartamento em Urano: Crônicas da travessia**. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar. 2020.

ROCHA, Larissa Gonçalves Faria; PERALTA, Deise Aparecida. **Reconhecimento e Redistribuição para a comunidade LGBTQIAPN+**: o currículo da formação inicial

de professores de Física enquanto um espaço de tensão. *In: Seminário de Currículo, Cultura e Identidade*, 8, 2024, Jaboticabal.

RODRIGUEZ; Shay de los Santos. Um breve ensaio sobre a masculinidade hegemônica. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v.7, n. 2, p.276-291, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14295/de.v7i2.9291>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9291>. Acesso em: 25 de jul. 2024.

SECATTI, Keysa Katiere Garcia; GUIMARÃES, Lucelia Tavares. Gênero e justiça curricular: os desafios na construção do currículo crítico em um contexto neoconservador e antidemocrático. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, p. 1-24, 2023. DOI <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2023v21e57103>. Disponível: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/57103>. Acesso em: 6 ago. 2024.

SILVA, Roberto Vinício Souza da; NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do; CAETANO, Marcio. **A bicha docente despachada: sociopoetizando a educação nas diferenças**. *Textura*, Canoas, v. 23, n. 55, p. 194-214, jul./set. 2021.

TRAJANO, Daniel; PUGA, Gabriel. AERJ expõe dados preocupantes sobre a LGBTfobia no ambiente escolar. **A Verdade**, Rio de Janeiro, 10 jun. 2021. Disponível em: <https://averdade.org.br/2021/06/aerj-expoe-dados-preocupantes-sobre-a-lgbtfobia-no-ambiente-escolar/#:~:text=Os%20dados%20confirmaram%20as%20suspeitas,sexual%20ou%20identidade%20de%20g%C3%AAnero>. Acesso em 01/08/2022.

UNESP. Faculdade de Ciências. **Projeto Pedagógico Física - Licenciatura**. Guaratinguetá, SP, 2022c.

UNESP. Faculdade de Engenharia e Ciências. **Projeto Pedagógico do Curso de Física**. Bauru, SP, 2023d.

UNESP. Faculdade de Engenharia. **Roteiro para Apresentação do Projeto Político Pedagógico (2022)**. Ilha Solteira, SP, 2022d.

UNESP. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. **Projeto Político Pedagógico**. São José do Rio Preto, SP, 2022e.

UNESP. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. **Roteiro para Apresentação do Projeto Político Pedagógico (2021)**. Rio Claro, SP, 2021.

UNESP. Reitoria. **Resolução Unesp Nº 82, de 24 de outubro de 2016**. São Paulo, SP, 2016a.

_____. **Resolução Unesp Nº 83, de 24 de outubro de 2016**. São Paulo, SP, 2016b.

_____. **Resolução Unesp Nº 41, de 31 de agosto de 2021**. São Paulo, SP, 2021.

_____. **Resolução Unesp Nº 07, de 26 de janeiro de 2022.** São Paulo, SP, 2022a.

_____. **Resolução Unesp Nº 22, de julho de 2022.** São Paulo, SP, 2022b.

_____. **Portaria Unesp Nº 78, de 23 de agosto de 2023.** São Paulo, SP, 2023a.

_____. **Portaria Unesp Nº 03, de 04 de janeiro de 2023.** São Paulo, SP, 2023b.

_____. **Portaria Unesp Nº 86, de 25 de agosto de 2023.** São Paulo, SP, 2023c.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In*: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.